

A Estratégia: Arte e/ou Ciência

António Horta Fernandes

Resumo

Pretende-se descortinar se a estratégia é uma disciplina predominantemente científica, ou se a sua faceta de arte é inerradicável. O desenrolar do trabalho permite desimplicitar os pressupostos epistemológicos modernos que estão por detrás da dicotomia arte/ciência e perceber a ilusão que preside a esses mesmos pressupostos, mergulhando nessa outra muito problemática dicotomia sujeito/objecto. O paradigma pós-moderno apresenta-se então como a solução mais viável para um enquadramento epistemológico da disciplina estratégica.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende alcandorar-se a uma perspectiva epistemológica, privilegiando tanto a normatividade e os critérios formais do saber no processo interno de constituição e acesso ao mesmo, como a facticidade da prática desse saber à luz das condições de afectação que lhe subjazem.

Saber e não só ciência, porque é nosso objectivo averiguarmos se esta última pode ser caracterizadora eminente da estratégia e, como tal, cairíamos num erro de petição de princípio.

Urge, para já, esclarecer que uma abordagem epistemológica não nomeia necessariamente a estratégia como ciência. O estatuto da epistemologia ainda hoje é duvidoso e a sua arrumação no campo dos saberes torna-se, por isso, problemática.

Na língua francesa, epistemologia retrata a filosofia das ciências, existindo para a teoria do conhecimento a expressão «*théorie de la connaissance*». Na tradição anglo-saxónica as mesmas expressões têm os significados exactamente invertidos. E se a tradição continental adoptou a postura francesa, em Portugal existe uma oscilação entre os dois sentidos referidos para a palavra epistemologia e mesmo uma certa osmose. Acrescentando que desde os primórdios da filosofia analítica, os autores vão distinguindo, ainda que tacitamente, entre uma epistemologia virada para a linguagem, ocupando-se, tal como a teoria do conhecimento inerente aos projectos filosóficos transcendentais, da natureza e dos limites da cognição humana, e uma filosofia das ciências ligada ao desenvolvimento específico de cada uma delas.

Perante este quadro, por nós intencionalmente aproveitado, a análise epistemológica afigura-se-nos perfeitamente legítima, tanto mais que nos propomos a um trabalho hermenêutico, onde o estranhamento relativo à clássica distinção sujeito/objecto é superado pela busca do sentido bem adentro do processo de produção do conhecimento. Isto é, intervir na intimidade de qualquer prática de conhecimento, para se perceberem os contornos do que se está a

conhecer, com todas as suas vicissitudes, e não somente do conhecido. Longe, portanto, do estudo exclusivo das condições de normatividade pura e formalização das linguagens que caracterizam as epistemologias referenciáveis ao cientismo.

Uma epistemologia hermenêutica descansa-nos, pois, quanto à legitimidade do empreendimento e faz adivinhar os pressupostos conceptuais utilizados, os quais, serão de seguida explicitados.

Contrariamente às pretensões positivistas, o sujeito de conhecimento nunca é neutral perante o objecto de conhecimento. E é dessa base que nós partimos para explicitar os pressupostos conceptuais que afectam o nosso trabalho e lhe fornecem um azimute muito nítido de que conscientemente sabemos não poder fugir.

O nosso ponto de partida é a crítica ao paradigma moderno, aquele que estabelece uma acentuada diferença entre a ciência e o senso comum, valorizando a primeira e negligenciando o segundo como o reino da «doxa». Preconizando uma radical separação entre sujeito e objecto, orientando-se por uma racionalidade formal e instrumental, ética e esteticamente neutra, pretensamente literal no seu discurso desterritorializador dos sujeitos sociais enquanto agentes criadores de conhecimento, reificando-os segundo uma lógica de identidade, na busca sôfrega das invariantes universais, que no fundo procura sempre, mesmo admitindo espaços reduzidos de alteridade, que acabam por convergir algures nalguma pretensão nomotética ditada pela objectividade possível. Logo, a historicidade do conhecimento é coarctada e balizada nos estritos limites a partir dos quais funcionam as regras generalizadoras. O acaso é tomado como insuficiência dos instrumentos analíticos e nunca como estrutura real operante.

O ponto de vista que pretere estas premissas, designá-lo-emos, à falta de melhor, de pós-moderno.

A partir dele, pretendemos descartar a ideia de sujeito universal e omnividente. Por isso mesmo, não nos servem as condições de reflexividade adjudicadas por varias correntes da modernidade, conscientes do logro que é a neutralidade positivista nas ciências humanas e naturais. Na verdade, reduzir a subjectividade pelo reconhecimento desta, não é mais do que proceder a uma crítica dos instrumentos

teóricos e metodológicos, usados, eles mesmos, acriticamente, como instrumentos de aferição. O mesmo é dizer, reconhecer uma capacidade de descentramento, pressupondo sem mais essa capacidade. A circularidade do raciocínio é óbvia.

Desta forma, não nos interessam nem os projectos que analisam, dentro da modernidade, as ferramentas de trabalho do sujeito epistémico, questionando-o apenas pelo questionamento dessas ferramentas, nem sequer aqueles que confrontam directamente o sujeito epistémico com o sujeito psicológico. Ambos não levam a crítica até às suas últimas consequências. E se o nosso projecto mais se aproxima do segundo, é para o levar até à raiz do problema, a denegação de qualquer pretensão residual de objectividade, pelo menos nos termos de assepsia que a modernidade propõe. Esbatendo fortemente a diferença entre sujeito psicológico e sujeito epistémico.

É preciso sim, entrar com os condicionamentos totais, que intersubjectivamente afectam, ou melhor dizendo, constituem o modo de produção dos diversos saberes e em particular da ciência. Condicionamentos não só intra-individuais, como dentro das próprias comunidades científicas e, sobretudo, do tecido social envolvente. Dai advém a já referenciada análise hermenêutica, substituindo a dicotomia sujeito/objecto por uma outra sujeito/sujeito.

Na realidade, e isto parece ser cada vez mais válido também para os objectos das ciências naturais, a construção do objecto é relativa ao sujeito. Esta conceptualização é visível em várias variantes modernas em que se estabelece uma mediação entre os referentes da realidade material e a teoria, sendo aqueles convertíveis em conhecimento enquanto objectos teóricos. O que ainda não é a mesma coisa que a constituição do espaço externo em Kant a partir do espaço interno. Só que na verdade e, para evitar a associação da ciência a uma mera construção mental, tendo em consideração a crença na objectividade, pretende impor uma selectividade marcante na escolha e utilização da metodologia e nos critérios de investigação, através de formalismos acriticamente tidos como objectiváveis.

Ora, a interpretação que nós partilhamos é a de que se deve atacar o problema medularmente, superando os últimos pruridos que impedem o reconhecimento dos saberes como pontos de vista histórica-

mente envolvidos, não só nos seus resultados como no seu processo constitutivo.

Saberes reterritorializados e historicizados, portanto só compreensíveis dentro de um determinado azimute de sentido. Abertos ao acaso e à contingência enquanto elementos estruturadores do real e das próprias condições socio-históricas de produção de conhecimento.

«Re-ligação» construtiva entre a ciência e o senso comum, reduzindo o estranhamento daquela em relação aos discursos «normais» da sociedade. Repotenciando os pontos de vista éticos e estéticos na ciência. Substituindo a inferencialidade lógica por um discurso retórico, que a cegueira ao figural, levou o paradigma moderno a menosprezar, na crença vã da sua própria literalidade. Retórica essa que é a linguagem das ilusões, ao mesmo tempo que a sua tomada de consciência, evidentemente em nome do debate e não de um fundamento comensurador qualquer.

Ficou agora claro, que à nossa posição subjaz um perspectivismo que interdita a vocação universalista a qualquer perspectiva particular, e que se não nega um mundo independente das perspectivas que o configuram, adverte que talvez as concepções acerca desse mundo não façam parte de uma confrontação entre a linguagem e o mundo, mas entre as diferentes linguagens e as suas estruturas.

Alicerçadas as pretensões epistemológicas e esboçado o quadro conceptual subjacente a essas pretensões, resta agora definir a estrutura deste estudo.

Numa primeira parte, e uma vez que se quer averiguar das possibilidades da estratégia como eminência científica, ou se nela residirá sempre uma faceta de arte, torna-se mester definir arte e ciência nos eixos que polarizam toda a diversidade e riqueza de ambos os conceitos.

Serão estes conceitos que, trabalhados anteriormente, ainda numa perspectiva estática, serão na segunda parte inter-relacionados e percebidos interiormente ao paradigma moderno. Esgrimindo a estratégia, enquanto referenciável àqueles conceitos, contra todas as aporias e dicotomias da modernidade. Desde o consenso estritamente positivista até a uma modernidade mais auto-reflexiva. Lendo a cientificidade num caminho que vai dos rigorismos formalistas a uma já grande

aceitação do caos e da intersubjectividade. Ainda que não o façamos cronologicamente, mas dentro de cada temática e sempre que seja pertinente.

A forma como se desenvolve este caminho é determinante no julgamento das questões epistemológicas que atravessam a disciplina estratégica e influencia a sua arrumação na esteira da ciência em detrimento da arte. Não negligenciando aquilo que o paradigma moderno faz da arte.

Na terceira parte e, em função do paradigma pós-moderno. Revela-se uma cientificidade muito alargada que cumpre as promessas inacabadas de certas correntes modernas, e pelas quais, a estratégia pode ser clara e eminentemente definida como ciência. Mas também como arte, visto a concepção de ciência neste paradigma visar superar as dicotomias redutoras, abrindo-se ao senso comum e às demais práticas de saber.

A segunda parte representa, portanto, o principal eixo polarizador do trabalho, o cerne da confrontação. Repondo-se na terceira parte, mais claramente, os alicerces fundamentadores da crítica à modernidade e apresentando-se as possíveis soluções para algumas contradições que lhe subjazem. Isto, dentro de um quadro paradigmático ainda algo difuso nos seus contornos, não podendo mostrar a «robustez» integradora da «ciência normal» moderna, pelo que fomos obrigatoriamente menos prolixos.

As traves mestras do trabalho foram lançadas, caberá agora ao leitor julgar da sua pertinência.

DAS CIÊNCIAS E DAS ARTES

Começemos por salientar que definir clara e univocamente arte e ciência parece ser uma tarefa difícil, uma vez que a pluralidade de questões envolvendo os conceitos não se deixa assim tratar tão singelamente.

Por outro lado, o tratamento destes conceitos feito de forma estática, como aqui é proposto, representa um grande reducionismo, na medida em que os conceitos devem ser integrados nos paradigmas que lhes dão vida. Por isso mesmo, e sem elidir as questões, a nossa análise

passa forçosamente pelo reconhecimento de um certo laborar no vazio. Optando-se, portanto, por uma via essencialmente descritiva.

Definiremos em primeiro lugar o conceito de arte, não só porque as considerações sobre a estratégia partem daí, pretendendo-se verificar em que grau pode ser tomada como ciência, como à partida e, de uma forma acrítica, a estratégia parece ser arte. Mas também porque o conceito de arte levanta menos problemas. Uma vez que pelo próprio desenvolvimento paradigmático da modernidade, privilegiando como verdadeiro saber, o raciocínio científico-instrumental, a noção de arte parece ter-se cristalizado numa relativa estabilidade marginal, pelo menos ideologicamente.

1. A arte

Comumente tem-se arte como um conjunto de processos mais ou menos ordenado para se chegar a um fim prático. Arte, é sobretudo, uma aplicação do saber, onde a ordenação dos processos não necessita do pretensão rigorismo científico. Sendo acima de tudo um «mais ou menos» que lembra os fazeres manufactureiros de uma época histórica determinada. Isto é, remete ainda hoje, para uma grande dose de saber de «prudencia» feito.

Contudo, surge um primeiro problema e uma primeira distinção.

A arte inclui no seu cerne um conjunto de técnicas com vista à sua rentabilização. E se Clausewitz diz que o «fazer» não pode propriamente vir em nenhum livro, e por isso a arte não deveria nunca ser o título de um livro⁽¹⁾, na esteira daquilo que dissemos em cima. O mesmo autor, logo acrescenta que «todas as artes podem estar incluídas em ciências completas»⁽²⁾. Assumindo desde logo, a progressiva tecnicização da arte, inerente ao paradigma moderno.

Ora, essa tecnicização corresponde ao desenvolvimento da técnica na modernidade. Sendo cada vez mais concebida numa perspectiva matematicamente modelizadora, inseparável da científicização da realidade, a qual opera por um processo de fagocitose.

(1) Cf. Clausewitz, *Da guerra*. Livro II, Cap II (Texto não completo), (s.l.), (s.d.), p. 120.

(2) *Idem*, *ibidem*, p. 121.

Como não é esta a lógica de quem define estratégia como arte, porque isso seria contradizer os seus argumentos, no ponto em que se referem à complexidade e à incerteza dos deslocamentos no meio em que assenta o seu objecto, urge, a distinção entre técnica e arte. Conscientes, que desta maneira estaremos a dar o flanco à modernidade, por via destas distinções, as quais perpetuam outras tantas distinções «ideológicas», correspondentes a diferentes hierarquizações de saber, platonicamente assumidas, num arranjo que não dista muito da alegoria da caverna.

1.1 A praxeologia

À praxeologia reserva-se, por vezes, o estatuto de ciência, tendo como objecto a actividade geral do homem, combinando para tal, os pontos de vista da psicologia, economia política, sociologia, etc.

No entanto, esta definição revela que ela antes deve ser entendida como uma «arte maior», descobrindo e conjugando os componentes metódicos e metodológicos que subjazem a uma arte. E é este sentido que denotamos na obra de Poirier, quando este funda uma estratégia teórica enquanto lógica de acção, praxeologia. Para Poirier, este empreendimento passa por uma grelha de leitura da diversidade e uma chave para o senso geral, assentes num cadinho de invariantes que atravessam as manifestações fenoménicas. Trata-se de uma elucidação através de um conjunto coerente de métodos, conceitos, princípios, leis, regras, critérios, formas⁽³⁾. O estatuto epistemológico da praxeologia parece assim ocupar um espaço de transição entre arte e ciência.

Todavia, o parecer do autor assemelha-se pouco a este. Fazendo uma maximização epistemológica da praxeologia – a eficácia e a utilidade desta representam a finalidade da teoria estratégica⁽⁴⁾ – e não obstante, não negar à estratégia o altar da ciência, também não lho oferece claramente. Não vemos que as suas obras afirmem qualquer teoria estratégica sem ser como teoria praxeológica ou praxeologia.

(³) Cf. L. Poirier, *Essais de stratégie théorique I*, Paris, 1983, p. 9.

(⁴) Cf. *Idem*, *ibidem*, p. 19.

Esta posição de um dos nomes mais renomeados da estratégia teórica, acarreta um problema e aporta uma indicação.

No nosso ponto de vista, a identificação a que L. Poirier procede, nega, em ultima análise, o estatuto de ciência a estratégia.

Na actualidade, pela própria lógica totalitária que preside à cientificização do mundo no paradigma moderno, técnica e ciência aplicada tendem a confundir-se, ainda que ideologicamente separadas. Uma concepção instrumentalista da razão cientificiza a tecnologia, a ponto da ciência se transformar num projecto tecnológico. E este vai infraestruturar um complexo conjunto de meios de apoio à ciência. Em suma, a ciência é produtora e produto tecnológico⁽⁵⁾.

Ora, a praxeologia para Poirier, por ser racionalizada, objectividade e quantificada quanto baste, assume esta aproximação à tecnologia e a ciência aplicada. Tecnologia, entenda-se, enquanto produtora não de materiais, mas de modelos operatórios. Em qualquer dos casos, sempre a jusante do modelo científico dito puro.

Porém, surge de imediato uma contradição que revela a aporia das distinções da modernidade.

Se a estratégia é arte, como praxeologia, e enquanto tal, a sua tecnicização anula-lhe esse carácter. Se ela pensa ser ciência, condensada por uma forma que em qualquer dos casos é ainda arte, mas uma arte tecnicizada, que o paradigma moderno ainda difere da ciência, então acaba por jazer num lugar de vazio epistemológico.

Em boa verdade, se nós aqui assumimos os vieses da modernidade, a sua distinção entre ciência aplicada, partindo de uma ordem de representação, e a técnica, partindo de uma ordem operativa, ainda que na prática isto não aconteça, é porque eles servem os nossos propósitos descritivos e também porque para tornar operacional uma segunda rotura epistemológica que vise a aproximação da ciência às restantes práticas de saber, se torna necessário considerar todas as distinções da primeira ruptura que as apartou.

Explicitado o problema, há que referir a indicação. A conceptualização de Poirier, seja quais forem as contradições que contenha,

(5) Cf. Boaventura de Sousa Santos. *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, 1990, p. 163.

não pode ser evitada, ao desvelar que para uma determinada definição do processo científico, a estratégia tem como coordenada inelutável e determinante o conceito de arte na pluralidade do seu conteúdo.

1.2 A arte como «modus» estético

A arte reclama sempre para si uma dimensão artística, uma faceta estética.

Não nos traz aqui a delimitação dos infundáveis percursos da arte enquanto produtora do Belo ou do sublime. Mas tão somente verificar que a dimensão estética também se projecta no domínio do operativo.

Na verdade, o fazer que caracteriza a arte, encontrando sempre uma faixa de intervenção mais ou menos alargada do subjectivo, não pode omitir as manifestações estéticas inerentes à esfera da criatividade, ainda que aquelas não apareçam claramente expressas. E isto é tão verdadeiro quanto a estratégia como arte pretende escapar aos excessos de «tékne» associados ao paradigma moderno.

J.P.Charnay salienta isso mesmo, ao evocar certas campanhas do passado, e que foram em tempos qualificadas de belas⁽⁶⁾. No entanto, não podemos deixar discordar com o autor, que no seguimento do seu discurso, afirma serem estas afirmações impressões retóricas, não esclarecendo nada acerca do raciocínio estratégico.

Embora tratemos disso em seu tempo e lugar. Não nos coibimos de adiantar que o espírito «alopoiético» que preside à modernidade, não o é tanto como aparenta ser. E uma das dimensões mais ricas para desconstruir essa aparente assepsia, é a dimensão retórica.

Para já, importa reter que esta faceta estética não é tão dispicienda quanto isso, como aliás se adivinha pelo que ficou dito atrás. E portanto, a incursão neste campo não se ficou apenas a dever a um puro exercício de diletantismo intelectual.

⁽⁶⁾ Cf. J.P. Charnay, *Critique de la stratégie*, Paris, 1990, p. 178.

2. A ciência

O conceito de ciência apresenta-se de uma forma mais esquivada, pela razões imediatamente opostas àquelas que referenciámos para o conceito de arte.

A uma relativa estabilização deste conceito, resultante da sua desapropriação estatutária, corresponde toda a mobilidade do conceito de ciência. Saber monopolizador do paradigma moderno, responsável, em parte, pela já evidenciada osmose entre epistemologia e teoria do conhecimento. É que na modernidade, verdadeiro conhecimento, é sempre, e de alguma forma, por antonomásia, conhecimento científico.

A definição clássica de ciência legitima-se na expressão latina «*cognitio certa per causas*». Esta definição remete-nos aos sistemas causais pré-modernos – aristotélico-escolásticos – e adentra-nos numa plataforma epistemológica, temporalmente bem distante do âmbito da nossa incursão.

Será a modernidade que anunciará desde logo e, num primeiro momento, que vai de Descartes a Kant, os fundamentos daquilo que deverá ser o conhecimento científico, tal como ainda hoje, na generalidade, o perspectivamos.

Um saber rigoroso, sem metáforas, eticamente neutro – situação claramente visível na distinção kantiana entre as duas facetas da razão – no qual, uma razão depurada desconfia das paixões. Um saber-poder que dá os primeiros passos da sua instrumentalidade. Um saber que aparta inequivocamente sujeito e objecto, homem e natureza.

Os processos históricos subsequentes, relativos ao desenvolvimento da ciência moderna, mais não fizeram que aprofundar estes pressupostos.

O conhecimento científico procura um quadro explicativo e ordenador dos fenómenos. Assentando numa base de previsão rigorosa, ou auto-reconhecendo-se num perfil mais fraco, assentando numa base probabilística. Reconhecendo, desta forma, a primazia aos métodos quantitativos em detrimento dos métodos qualitativos.

Um conhecimento lógico e empiricamente preciso, concretizando-se num contínuo «taylorismo», à medida que desenvolve a sua relação

privilegiada com os elementos fácticos – desde Kant que esta relação privilegiada com os fenómenos supera os métodos de validação extra-lógica do racionalismo clássico, apesar da fenomenologia husserliana, que no entanto, deverá ser entendida primacialmente como um método contra o acriticismo positivista –.

Racionalidade, objectividade, regularidade, quantificação, positividade – acção fiscalizadora da experiência –. São estes os ingredientes do conceito de ciência, ou melhor, de um certo conceito de ciência, apostado na progressiva universalização e racionalização do real.

Importa agora considerar, num breve relance, as principais características do positivismo, uma vez que mesmo as mais «condescendentes» correntes epistemológicas da modernidade, aceitando um grande grau de subjectividade e intersubjectividade na prática científica e investindo numa reconstrução do seu objecto, cada vez mais teórico, a partir da estimulação dos sentidos, não escapa, nos seus pressupostos, ao sub-paradigma positivista.

O positivismo caracteriza-se por pressupor uma exteriorização da realidade, sendo o conhecimento não mais que a sua cópia integral, através do nominalismo e do fenomenismo, reduzindo as essências aos fenómenos concretos e singulares. Propondo a formulação de leis que meramente regulam os fenómenos.

Supõe assim, um estrito neutralismo e objectivismo, avesso a tudo o resto que não obedecendo a estas condições, se apresenta estéril, produto de um parasitismo gnoseológico numa palavra, metafísica.

Todas as correntes modernas, críticas desta ortodoxia, trazem no seu seio, em diferentes proporções, o seu estigma e a sua herança.

A matriz científica pós-moderna desfaz estes pressupostos de ruptura entre o saber científico e os demais. Porque não reconhece essa neutralidade ético-estética, esse objectivismo, esse rigor. O objecto é um outro sujeito construído pelo sujeito epistémico, que não é senão sempre um sujeito psicológico e um sócio-sujeito. E em que as condições de verdade, são o valor dos argumentos num proscénio retórico, «uma negociação de sentido»⁽⁷⁾.

(7) Cf. B.S. Santos, *op. cit.*, p. 109.

A ciência pós-moderna tem um objectivo pragmático, não quer dizer utilitarista. Aquilo que nos guia na busca da verdade e o porquê da escolha de um caminho e não de outro, têm simplesmente a ver com o método mais útil para atingir os propósitos definidos.

Perante uma concepção de ciência com um perfil tão fraco, podemos nos questionar acerca da sua autonomia. E é isso que vamos fazer para finalizarmos este ponto, com uma curta abordagem a Rorty.

Para este, nem o método que caracteriza a ciência, o método abductivo – hipotético-dedutivo – a diferencia das outras actividades, porque este método também lhes é inerente. Nem a ciência detém qualquer relação privilegiada com o Mundo que lhe seja específica, até porque a confrontação com o Mundo não faz sentido, uma vez presos ao etnocentrismo de uma perspectiva^(*).

Este extremo alargamento da cientificidade será melhor dilucidado na terceira parte, quando confrontarmos Rorty com Boaventura Sousa Santos a propósito da aproximação entre arte e ciência, tendo influência decisiva no reposicionar epistemológico da estratégia.

2.1 Ciências naturais e ciências humanas

Tendo em atenção aquilo que acabamos de dizer. Também as distinções e as complementaridades deste par ordenado, são forçosamente afectadas pelo paradigma que o interpreta.

Não vamos agora curar de saber até que ponto estas distinções são válidas, ou se deve ou não existir um unitarismo epistemológico comum aos dois grupos de ciência, e de que lado devem partir os pressupostos que irão sobraçar os dois tipos de ciência, acautelando as suas especificidades. Ou, se pelo contrário, indo mais longe, se deva reconhecer que no modo de produção científico e em todos os seus aspectos, é mais aquilo que une do que aquilo que separa.

Estas questões, por si só, afastam-se demais do nosso objectivo inicial, sobretudo, pela particularização excessiva que trariam ao mesmo, não deixaremos, no entanto, de lançar um olhar sobre elas na 2.^a e 3.^a partes, sempre que julgarmos ser pertinente.

(*) Cf. R. Rorty, *A filosofia e o espelho da natureza*, Lisboa, 1988, p. 145.

Por agora, e, por razões descritivas, vamos aceitar a divisão estabelecida pela modernidade. Importa só esclarecer que esta divisão entre ciências humanas e naturais tem como efeito principal, por via do objecto de estudo, amenizar as dificuldades que se colocam a quem estuda o homem no seu meio civilizacional, sempre irreverente para com os determinismos. Que não no seu invólucro fisiológico, pois a medicina, por exemplo, é, nesta classificação, um parente distante. De qualquer maneira, o resultado é sempre uma forma de perpetuação ideológica de um espaço paradigmático, uma vez que os ruídos ao paradigma são assim confortavelmente disciplinados e acantonados.

Esta divisão interessa à estratégia, visto esta ser integrada na faixa das ciências do homem, através da ciência política, como um dos seus ramos autónomos e informadores⁽⁹⁾.

Esta integração permitir-lhe-ia, igualmente, usufruir da categoria de ciência ideográfica que caracteriza o conjunto das ciências humanas, apresentando um maior «low profile» de cientificidade, possibilitando o encaixe da incerteza do meio e do carácter volitivo de que se revestem as decisões em tais ambientes, problema que tanto atormenta os pensadores da estratégia.

2.2 Ciências puras e ciências aplicadas

O palafrório usado atrás, poderia agora ser repetido integralmente para este par ordenado. Mas não o iremos fazer. Não deixando, contudo, de insistir que estoutra divisão, ainda que com o cunho do paradigma moderno, continua a servir os nossos propósitos descritivos.

Também parece evidente que a tecnologia da ciência e a cientificização da tecnologia levam ao estreitamento do fosso que ideologicamente separa estas duas formas de ciência. Aquilo que por este prisma parece certo é que as duas partem da ordem de representação. Tendo as ciências aplicadas como objectivo, os modos de emprego e reprodução dos fenómenos concretos⁽¹⁰⁾.

⁽⁹⁾ Cf. A. Cabral Couto, *Elementos da estratégia*, vol. I, (s.l.), (s.d.). p. 209.

⁽¹⁰⁾ Cf. J.P. Charnay, *op. cit.*, p. 177.

À estratégia considerada enquanto ciência, esta divisão é lhe assaz vantajosa, uma vez que parece ser óbvio que a uma teoria de acção não podem convir exclusivamente os modos de representação «abstractizados» das ciências ditas puras.

L. Poirier é perfeitamente claro neste ponto, ao negar qualquer viabilidade epistemológica a uma estratégia pura, livre de quaisquer determinações concretas⁽¹⁾. Por outro lado, as suas afirmações de que a teoria estratégica é desde logo acção, e, que esta teoria é descritiva enquanto procura as regularidades e as invariantes subjacentes aos eventos concretos, mas logo normativa, porque os discursos não servem se não para guiar um processo de criação⁽²⁾, interconectam-se perfeitamente com a definição dada de ciências aplicadas.

Não podemos finalizar, sem nos abstermos de afirmar que as ciências puras nada têm de puras nos seus objectivos, processo constitutivo e prática científica. O formalismo epistemológico que reside nestas distinções, aponta claramente para o esquema piramidal das ciências feito por Comte, e está hoje muito fragilizado. Mas isso é algo que adiante se verá.

2.3 A ciência e a técnica

Já atrás aludimos, quando nos referimos à arte e à praxeologia, à tecnicização da arte, em virtude da colonização que o conhecimento científico pretende levar a cabo, no paradigma moderno, em relação às demais práticas de saber. E é através do seu subproduto de aplicação que o consegue. Por sua vez, e de uma forma dialéctica, a técnica é cada vez mais subsumível na ciência. Veja-se a etimologia do vocábulo tecnologia.

Desta cada vez maior aproximação, resulta a referida «confusão» entre ciências aplicadas, tecnologia e arte, a qual, vai influenciar negativamente, pelas consequências ao nível da indefinição de conceitos, a expressão praxeologia; como, de resto, já assinalámos. De

⁽¹⁾ Cf. L. Poirier, *op. cit.*, p. 9.

⁽²⁾ Cf. L. Poirier, *op. cit.*, pp. 15-16, do mesmo autor: *Stratégie Théorique*, Paris, 1987, pp. 228 e 239.

qualquer modo, o «topoi» relativo à dicotomia contemplação/acção mantêm-se e é mesmo acentuado ideologicamente. Qualquer outro tipo de acção exterior à investigação e à experimentação científica, constitui tão somente o seu campo de aplicação, sendo pejorativamente crismado de tecnologia⁽¹³⁾.

É talvez por este conjunto de razões, sentindo que o apuramento científico-tecnológico dos instrumentos conceptuais da estratégia se torna manifesto, melhorando a sua capacidade previsional e prospectiva – veja-se a teoria dos jogos – mas reconhecendo as incertezas do seu meio objectual e tomando como base esta distinção, que L. Poirier acentua a funcionalidade praxeológica da teoria estratégica, afastando-a dos modelos que caracterizam, no seu entender, a ciência.

Esta distinção parece passar um pouco à ilharga da estratégia, visto que a oposição referida não resolve nada, por aquela não poder inscrever-se nas formas demasiado matematizáveis da técnica. Mas relancemos um olhar acerca daquilo que atrás ficou dito sobre a praxeologia⁽¹⁴⁾ e a problemática fica reposta. Problemática, se nos ativermos exclusivamente às distinções da modernidade.

A ESTRATÉGIA NO PARADIGMA MODERNO

Não vamos traçar aqui uma genealogia da modernidade. Não só porque é um tema demasiado vasto, e ao mesmo tempo, seria despropositado. Há que, contudo, enquadrar os seus aspectos fundamentais num conjunto lógico integrador. E por aí, perpassam os nomes e teorias históricas mais representativas, ou as que melhor servem o nosso empreendimento.

É necessário, no entanto, fazer agora mesmo uma ressalva. Porque tentar salientar os traços gerais que dão corpo diacrónico à modernidade, é tão somente balizá-los num momento histórico-epistemológico e não procurar invariantes, ou coisa semelhante, investindo este estudo na lógica moderna de objectividade e universalidade que se quer ultrapas-

(13) Cf. B.S. Santos, p. 47.

(14) Cf. I.I.

sar. Mesmo assim, temos para nós, que esta busca dos pontos de contacto entre tudo o que é moderno, se revela excessivamente generalizadora e não contempla perfeitamente as alteridades epocais que o próprio paradigma pós-moderno perfilha. O ideal seria, portanto, pulverizar mais. Só que, por razões de economia temática e de sentido, temos de optar por esta via. Sempre a «navalha de Ockham»!

1. A estratégia como arte e ciência

1.1 Enquadramento histórico

Historicamente, os grandes nomes da guerra na modernidade tomaram alternadamente posição entre os que defendiam a estratégia como ciência e os que a defendiam como arte. No primeiro caso, estão Puysegur, Folard, Guibert, Jomini, entre outros. No segundo caso, aparecem os nomes de Turenne, do marechal do Saxe, de Frederico da Prússia, Moltke, etc⁽¹⁵⁾.

Enquanto para os primeiros, as condutas estratégicas poderiam ser integradas num corpo doutrinal rigoroso e capaz de acomodar as transformações concretas. Para os segundos, à estratégia estava reservado um arranjo complexo entre intuição, indução e dedução que se adaptava melhor a um meio indeterminado, fazendo intervir um certo «savoir-faire» personalizado⁽¹⁶⁾. Vê-se nitidamente que as fracturas acerca dos saberes na modernidade, passaram por aqui. E se Charnay, no seguimento desta linha de análise, afirma que Clausewitz se situa a montante desta fractura, é que para este a situação se torna mais complicada. Valendo a pena observar, ainda que sucintamente, aquilo que o mais conhecido nome da estratégia refere na sua obra póstuma.

1.1.1 Clausewitz

Não tratando directamente deste assunto, mas da própria arte ou ciência da guerra, Clausewitz reconhece que o saber é muito diferente

⁽¹⁵⁾ Cf. J.P. Charnay, *op. cit.*, p. 177.

⁽¹⁶⁾ Cf. *Idem, ibidem*, p. 178

do fazer e que a percepção lógica é igualmente apartada do julgar. Isto é, que ao julgar e ao fazer corresponde o processo activo-criativo da arte, e ao saber e à percepção lógica corresponde o campo contemplativo da ciência. Sendo assim óbvio, que a guerra seria mais arte que ciência. Não deixando, contudo, de afirmar que no processo cognitivo se torna difícil a separação entre julgamento e percepção. Acabando por concluir que nem uma coisa nem outra servem para esclarecer a essência da estratégia, já que esta está dependente do favor das coisas da vida humana⁽¹⁷⁾.

Aquilo que se pode dizer sobre isto é que Clausewitz está imerso no ambiente do idealismo alemão e das distinções kantianas. Assim, ele recolhe a distinção de raiz kantiana entre os factos e os valores, entre o explicar e o compreender. Distinção que se irá fazer sentir duramente nos modelos científicos subsequentes, pela eliminação do estorvo da procura do sentido, entregando-os à ilusória sensação de neutralidade do mero «explicar». Por outro lado, poderíamos procurar indagar da influência do subjectivismo do idealismo alemão no seu esboço de superação desta distinção. Mais importante se nos afigura a distinção que estabelece entre saber e fazer, e o carácter justificacionista que atribui à ciência.

O justificacionismo identifica a ciência com conhecimento provado, seja por proposições factuais – empirismo – seja por meios extra-lógicos, como a intuição, que aliás, nos parece ser o sentido da pretensa superação clausewitziana referida atrás. Para muitos, Kant representa a construção mais bem elaborada do justificacionismo⁽¹⁸⁾.

Ora, o justificacionismo vai influenciar a posição de Clausewitz, na medida em que as coisas humanas são para ele demasiado esquivas para atenderem às premissas do justificacionismo, ou até a um saber técnico. E se isto é compreensível para a época, o desenvolvimento posterior das ciências humanas tendo como guia estes pressupostos é que se pode designar de perverso.

⁽¹⁷⁾ Cf. Clausewitz, *op. cit.*, Livro II, Cap II, p. 120-123.

⁽¹⁸⁾ Para uma posição diametralmente oposta, apodando mesmo os falseacionistas de justificacionistas e que nos parece ter enormes méritos; cf. A. Marques, “Criticismo” in *Dicionário do pensamento contemporâneo*, Lisboa, 1991, pp. 57-61.

Por fim, não podemos omitir a subtil diferenciação que coloca as coisas humanas num plano diferente da arte. E para tal, não nos esqueçamos que estamos na fase de »take-off« da modernidade, nos alvores da cientificização do Real e da progressiva tecnicização da arte.

1.2 *Perspectivas contemporâneas*

Actualmente tende-se a ver a estratégia como disciplina duplice. Ao mesmo tempo arte e ciência. Algumas perspectivas actuais são disso exemplo.

O general Cabral Couto afirma que a estratégia hoje não pode ser um mero reflexo da intuição momentânea, adquirindo já um estatuto científico que a coloca dentro das ciências culturais. As quais, na sua fundamentação não distinguiriam totalmente ciência da arte. Desenvolvendo ao mesmo tempo, um conhecimento científico informador e uma actividade utilizadora do mesmo. No fim de contas, o que melhor se adaptaria a uma teoria de acção estratégica num meio em constante erosão.

Todavia, diz que nem todos poderão dar a melhor aplicação ao conhecimento adquirido. Tendo a estratégia, então, sempre uma face de criatividade, de génio. Repare-se no paralelismo desta última parte com o que vimos para Clausewitz.

Salientando igualmente, que os instrumentos científicos e conceptuais da estratégia atingiram um grande desenvolvimento. A evolução dos sistemas de informação, a informatização, a investigação operacional, a teoria dos jogos, permitem um elevado grau de matematização e possibilitam a construção de modelos previsionais e prospectivos com um razoável grau de credibilidade. Mas logo acrescentando que, apesar disto, existem inevitáveis limitações epistemológicas. Um ambiente de relativa incerteza, em que o elevado número de variáveis faz aparecer varias soluções possíveis. A irracionalidade deliberada dos comportamentos, a complexidade dos resultados dos conflitos, que faz perigar a metodologia quantitativa. As decisões últimas, acima de tudo volitivas. Enfim, a ligação ao subjectivismo, à intuição, numa palavra, à arte⁽¹⁹⁾.

(19) Cf. A. Cabral Couto, *op. cit.*, pp. 205-208.

Existem, neste ponto, alguns reparos a fazer a esta teorização. Ela reconhece implicitamente que as ciências humanas se adaptam melhor ao campo de erosão da estratégia, e, na mesma linha, que estas não têm uma fundamentação muito distinta da arte. Definindo que os aperfeiçoamentos científicos decisivos pertencem a outro campo científico. Atribuindo um perfil de cientificidade fraca às ciências humanas e tendo sempre como modelo de cientificidade as ciências ditas exactas.

Convenhamos que esta posição é epistemologicamente difícil de situar. Não se pode situar na clivagem entre as ciências do homem e as reais, porque se propõe fundamentação diferente para aquelas, tem estas como modelo preferencial. Se perfilha o unitarismo epistemológico pós-positivista, que acolhe matricialmente os resultados das ciências naturais, mas de forma selectiva, reconhecendo especificidade às ciências humanas⁽²⁰⁾, então não se perceberia o estreito paralelo que estabelece entre estas e a arte, que de resto não explora, por não adjudicar à subjectividade e à intersubjectividade o estatuto de cientificidade. Estamos em crer que isso se fica a dever a um certo sincretismo com alguns veios de positivismo, visíveis no argumento que criticaremos de seguida.

Dizer que nem todos são felizes na aplicação do conhecimento, e fazer disso pedra de toque para distinguir a estratégia do nível das ciências, é afirmar tacitamente que a ciência tem ali um objecto neutro para ser dito, desvelado ou mesmo reconstruído racionalmente, segundo metodologias rigorosas, correlativas, exclusivamente, à ordem de representação.

Para além desta situação ser muito mais complexa, como adiante veremos. Podemos já adiantar que os métodos, perfazendo apenas uma reduzida parte do trabalho do cientista, perante o inerradicável elemento pessoal, são tão ambíguos, tal como são formulados pela ciência, que com eles diferentes cientista podem chegar a resultados muito dispares. Só não causando danos à ciência, porque incidem sobre generalizações já aceites de modo incontroverso⁽²¹⁾.

⁽²⁰⁾ Cf. B.S. Santos, *op. cit.*, p. 60.

⁽²¹⁾ Cf. M. Polanyi, *Personal Knowledge*, Chicago, 1962, p. 170.

Uma posição similar, nos seus contornos, à do general Abel Cabral Couto, é a de Lucien Poirier.

A preocupação primeira de Poirier é a de encontrar pertinência para uma estratégia teórica. Afirmando que toda a teoria aspira a um estatuto científico. Mas o carácter indómito inerente à dinâmica da estratégia, dificilmente se molda ao reducionismo estático das teorias. Por inerência, a estratégia oferece barreiras à cientificidade. E mais uma vez é a incerteza ambiental, a degradação do meio, a contingência e a singularidade de um meio conflitual pejado de indeterminações e interrogações acerca dos potenciais teóricos e dos objectivos de cada conflituante, que determinam os obstáculos a essa cientificidade. Tanto mais que a estratégia vale pela sua eficácia prática.

Poirier junta-lhe agora outro argumento, a não neutralidade da própria teoria estratégica. A inocência do teórico perde-se sempre nas influencias da matriz historico-geográfica a que está ineludivelmente ligado. Distante, da pretensa neutralidade com que a natureza investe as ciências que a têm como objecto de estudo. Por isso uma estratégia pura, isenta de quaisquer determinações do meio, não faz sentido para Poirier.

A solução de Poirier apresenta assim, um perfil mais discreto, condensado na sua perspectiva praxeológica, enquadrando a estratégia enquanto teoria de acção. Necessária, afinal de contas, apesar das vicissitudes que a enformam, por força de uma inteligibilidade do «caos».

Não vamos agora discorrer sobre a natureza da sua praxeologia, nem do sentido que lhe pode ser atribuído, porque pensamos ter suficientemente a florado o problema na primeira parte. Diremos apenas que a teoria enquanto vertente praxeológica, tendo como justificação utilitária, igualmente uma eficácia praxeológica, pretende prover ao prático com uma matriz que lhe transmita alguma capacidade de previsão.

Essa teoria assenta na reconstrução teórica do conjunto de invariantes que atravessam as manifestações fenoménicas, pretendendo ser uma grelha de leitura da diversidade e uma chave para o senso geral. Por estas razões, ela deve ser ao mesmo tempo descritiva, tendo como objectivo ler o objecto da estratégia, para inteligir a sua natureza e a sua

complexidade, e, normativa, como guia de acção, atendendo a que estas duas facetas são inter-relacionais.

De qualquer forma, o autor hesita na sua cientificidade. Demasiadas indeterminações no campo do seu objecto de estudo, fazem pensar mais numa validação à sombra da sua eficácia pratica que numa verificabilidade científica. E, no entanto, as cada vez mais-valias de risco, na eclosão de conflitos, escapando à medida do homem, devem levar a integrar a estratégia nas ciências humanas, evitando a imprevisibilidade e o «ametodismo» dos simples «feeling»⁽²²⁾.

Podemos começar, exactamente, pela questão das ciências humanas «versus» ciências naturais. É notório que o autor se situa no campo do unitarismo epistemológico, ao atribuir às ciências humanas, os projectos de rigor e de analitismo logicizado e objectivista que caracterizam o raciocínio científico ordinário, herdado acriticamente das ciências naturais. Para mais, e isto é realmente grave, aparece implícito o menor grau de cientificidade detido pelas ciências humanas. Uma vez que se a teoria estratégica tem dificuldade em singrar enquanto ciência, deve, pelo excedente de violência que trás no seu seio, ser integrada numa matriz científica que lhe dê alguma ordenação, nem que esta matriz represente o grau mais baixo de cientificidade. O próprio unitarismo epistemológico, na sua diversidade, não põe a questão nestes termos.

A teorização critica aqui empreendida leva-nos a outro problema. Poirier esclarece brilhantemente, quanto a nós, a ossificação da mutabilidade da realidade levada a cabo pela teoria na procura da natureza do seu objecto. Isto seria uma boa critica ao paradigma moderno, não fosse esse o objectivo que Poirier atribui sem dificuldades à ciência, mas que pela sua natureza é inaplicável ao raciocínio estratégico. Aparecendo mais uma vez a repetição clónica da ilusão última da modernidade de um «fundamentum inconcossium et absolutum» e de uma cientificidade liberta de determinações.

⁽²²⁾ Para uma análise da hesitação acerca da cientificidade da estratégia em Poirier; ver *Essais de stratégie théorique* e *Stratégie théorique II*, páginas 13 e 239, respectivamente. As restantes questões abordadas estão dispersas pelas obras citadas, sobretudo; pp. 8-42 e 189-203, 227-240, respectivamente.

Mas não julgemos que o autor, porque moderno, ao querer consagrar o estatuto da teoria pode fugir a este problema, antes pelo contrário. E fá-lo através do probabilismo. A lógica probabilística é a única, no dizer do autor, que consegue compor a necessária previsão e a irredutível contingência, o esquema de invariantes e a alteridade histórica. Embora reconheça os limites dessa modelização matemática intrínseca ao probabilismo⁽²³⁾.

O probabilismo é uma classe mais fraca de justificacionismo que cedeu à indemonstrabilidade das teorias científicas, mas afirmando terem diferentes graus de probabilidade relativamente ao quadro observacional. O probabilismo foi desenvolvido por Richard von Mises, Reichenbach e pelos próprios Russell e Carnap quando perceberam as insuficiências do seu verificacionismo⁽²⁴⁾. Ora, como mostrou Popper⁽²⁵⁾, em condições muito gerais todas as teorias têm uma probabilidade nula. Pelo que todas as teorias são igualmente improváveis. Abrindo-se mais uma vez um fosso ao puro objectivismo formalista das ciências.

Na realidade, Poirier ao apercebe-se dos limites desta modelização formalista, afirma que a insuficiência de informação obriga a uma razão «prudente», mas não retirando daí todas as consequências operativas. Porquanto um saber prudente é aquele que reconhece os seus limites éticos, «des-reconhecendo» a mera instrumentalidade da razão quantitativa moderna, fazendo emergir todas as condições de intersubjectividade, e que opta por uma pragmática – no sentido do pragmatismo americano – que apenas afirma que o melhor que se pode dizer sobre algo é que é o mais indicado para produzir determinado fim. Negando tudo o mais que o programa maximizante da ciência moderna queria poder realizar enquanto predição, controle e explicação da realidade. Mas isto é já um tema para a transição paradigmática.

⁽²³⁾ Cf. L. Poirier, 1983, nota da pág. 12 e 1987, p. 235.

⁽²⁴⁾ Para uma leitura mais circunstanciada, cf. J. Muguerza, *La concepción analítica de la filosofía*, 2 vols., Madrid, 1974. Exclusivamente para um ponto da situação; cf. C. Imbert [et alia], *A filosofia analítica*, Lisboa, (s.d.).

⁽²⁵⁾ Citado por I. Lakatos, "O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica" in *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento científico*, São Paulo, 1979, pp. 114-115.

1.2.1 Os marxismos e a doutrina soviética

Nada mais significativo, para quem afirmar de forma pungente o carácter de arte da estratégia, que a divisão operada no mesmo sentido pela antiga doutrina soviética. E isto é assim, porque o marxismo-leninismo, na linha de quase todos os marxismos, sublinha que o socialismo é uma ciência em si, produzindo como tal, os melhores efeitos para a sociedade.

Sendo aparentemente notável, esta cedência, no sistema que talvez mais tenha apregoado e explorado a razão cognitivo-instrumental inerente ao paradigma moderno. Não sendo dispicienda a sua queda precoce para efeitos de diagnóstico de crise na modernidade.

A posição extremada de Althusser, no debate sobre o humanismo marxista, negando que o marxismo seja um humanismo, porque este é um conceito ideológico, retratando um conjunto de realidades existentes, mas não dotado de meios objectiváveis – científicos – para as conhecer⁽²⁶⁾, só reforça a cedência atrás referida, ou melhor, a ilusão de óptica sobre essa cedência. Uma vez que na doutrina soviética, a teoria da arte militar e estratégica, ou por outras palavras, arte que enquanto actividade prática deve constituir motivo de reflexão científica, não tem uma imediata identificação com o sentido que habitualmente lhe outorgamos e que precipitadamente assemelhamos ao nosso.

A brilhante e sucinta abordagem do problema por parte de Jean Paul Charnay⁽²⁷⁾, também não parece captar todo o sentido marxista envolvente. E a razão está em que, como paladino do paradigma moderno, o marxismo perfilha o cientismo monopolizador e a tecnicização da arte.

Os fundamentos teóricos do marxismo são informadores da arte, seja como «modus» estético – menos aqui –, seja como «modus operandi», enquanto actividade técnica, ou para utilizar a sua linguagem, enquanto práxis transformadora. Na qual, o modo de produção

⁽²⁶⁾ Cf. Althusser, *La revolución teórica de Marx*, Mexico, 1968, p. 184. Posteriormente, nos seus "Elements de autocritique", o autor corrigiu os seus pruridos rigoristas que ameaçavam reduzir o marxismo a uma instância teórica, que era precisamente aquilo que pretendia superar no idealismo.

⁽²⁷⁾ Cf. J.P. Charnay, *op. cit.*, p. 178; e Jacques Laurent, "Evolution de la pensée militaire soviétique a la recherche d'une stratégie "adequate", *Stratégique*, n.º 49, Paris, 1991, pp. 145-160.

teórico tende sempre a plasmar-se dialecticamente no seu «outro» concreto e praxista, através de uma acção materialista histórica.

Parece assim, que o conceito de arte habitualmente eleito difere do sentido marxista, podendo mesmo dizer-se que o sentido marxista visa negar este.

Por fim, gostaríamos de chamar a atenção para a análise que fizemos do «sentido» do marxismo, ou numa expressão cara às linguagens de esquerda, da crítica das ideologias.

O marxismo e a maioria das correntes científicas modernas, julga-se neutral, tendo como objecto a mera observação, descrição, reconstrução e explicação dos fenómenos. Parece-lhes despropositado serem submetidos a uma crítica ideológica. Logo eles, que se anunciam portadores do «des-sentido», ou no fundo, a instância suprema do sentido.

Compreender as proposições afirmativas de um sistema, requer mais que uma sistematização lógica, que a pretensa literalidade das mesmas faria supor à partida.

2. Sujeito «versus» objecto

Vimos que as perspectivas contemporâneas se bem que afirmem a estratégia como disciplina científica, acabam por colocar-lhe imensas restrições que a coarctam como tal. Utilizando para tal efeito, um raciocínio acerca dos fundamentos de validação da prática científica que fica ainda a dever muito ao positivismo. Tornando necessário fazer previamente uma abordagem ao positivismo, na medida em que este sublinha marcadamente e como nenhuma outra corrente as dicotomias epistemológicas da modernidade, traçando-lhe definitivamente o perfil cognitivo-instrumental. Sendo exactamente a favor ou contra o positivismo que as restantes correntes da modernidade se posicionam, qual estigma, recebendo deste e acriticamente a sua herança.

2.1 O positivismo

O positivismo pode ser entendido, de certa forma, como uma reacção a Hegel e à subjectivação extrema do movimento idealista,

no sentido de repor os cânones do rigor e da diferenciação sujeito/objecto e natureza/cultura que a modernidade vinha pacientemente tecendo. Reacção que se pode perscrutar na critica comtiana à idade metafísica.

Mas o positivismo vai mais longe e inaugura um cientismo ultra-depurado, que se quer neutro, objectivo e universal, arqueturando a nova idade positiva do progresso técnico e científico sem limites. Associado a isto, está uma noção de conhecimento que exterioriza o real e o faz aparecer como mero conjunto de fenómenos que esgotam tudo quanto há. O conhecimento surge assim completamente objectivado, limitando-se a estabelecer as leis de regularidade desses mesmos fenómenos. Este estrito empirismo, que pretende ser uma cópia integral da realidade tal como ela se mostra, vem colidir com a importância dada à razão na construção do conhecimento, no «sistema» kantiano. Esta importância dada à razão é um dado adquirido na modernidade, inviabilizando até certo ponto a «estratégia» gnoseológica positivista. Os frutos tardios por ela produzidos limitar-se-ão à frustrada tentativa de Russel para edificar uma linguagem retrato da realidade e aos esforços de Carnap para reduzir a ciência a frases observacionais, à lógica e à teoria de conjuntos, se bem que com diferenças⁽²⁸⁾.

O neo-positivismo afasta-se do primeiro positivismo, pela importância dada ao método hipotético-dedutivo e à linguagem na edificação do rigor científico. Remetendo-se a uma atitude minimalista não só pelas suas discussões limitadas ao modo escolástico, como pela redução do significado à significação da palavra no sentido quase estritamente lógico, distante, portanto, do projecto abrangente de Comte. Auxiliando-se, para fugir à pouco prática e dificilmente sustentável posição de ligação directa entre um termo e o objecto correspondente, na ideia de definição contextual, pela qual essa ligação directa desaparece, bastando apenas mostrar como traduzir globalmente todas as frases em que um dado termo aparece⁽²⁹⁾. A definição contextual será, como veremos adiante, um importante instrumento de auto-crítica moderna.

⁽²⁸⁾ Cf. J. Muguerza, *op. cit.*, 1.º vol.

⁽²⁹⁾ Cf. W. Quine, "A epistemologia naturalizada" in *Epistemologia: posições e críticas*, Lisboa, 1991, p. 273.

Como corolário, positivismo e neo-positivismo independentizam a ciência da prossecução de objectivos morais e de consequências éticas do seu labor, por via do seu instrumentalismo neutral. E independentizam-na, igualmente, das visões estéticas, preconizando uma literalidade a-metafórica. E neste particular o neo-positivismo foi bastante corrosivo, com o seu apertado crivo verificacionista, retirando sentido a todas as proposições que não pudessem ser verificadas empiricamente.

O positivismo estabelece também uma unidade de todas as ciências, segundo uma metodologia naturalista.

Todos estes pressupostos foram em diferentes graus interiorizados pela modernidade e da mesma forma pelos teorizadores da estratégia. Revelando-se mais claramente a fonte onde beberam os condicionalismos que logo aplicaram à localização epistemológica da disciplina estratégica.

2.2 Objecto teórico e objecto empírico

Não sendo possível uma completa exteriorização da realidade, o compromisso kantiano com a razão construtiva mostrou finalmente todas as suas virtualidades. As correntes fenomenológicas, separam ciências humanas e naturais, visto aquelas implicarem, por via do seu objecto, uma intuição subjectivista e empática prioritária em relação à interpretação objectiva. Um processo oposto ao do conhecimento nas ciências naturais. Representando uma crítica ao positivismo, mas deixando intactos alguns dos seus elementos nucleares, no que diz respeito às ciências naturais.

A corrente construtivista – racionalismo de Bachelard, estruturalismo de Piaget, por exemplo, com as inevitáveis diferenças dos dois autores relativamente ao papel do sujeito no conhecimento –, mantêm os ideais do positivismo quanto ao rigor e objectividade. E possuídas do unitarismo epistemológico, distinguem objectos teóricos e empíricos.

Aquilo que o unitarismo epistemológico acentua é que a teoria é sempre uma construção ou reconstrução racional do objecto e que aparece separada do seu referente material. Abandonando-se a ideia

da ciência como cópia fiel da realidade, afirmando-se a falibilidade e a precaridade da verdade. Percebendo-se agora melhor, as dificuldades do justificacionismo.

Claro que existe uma relação mediática com a realidade, levada a cabo através de instrumentos precisos tanto quanto seja possível, promovendo a adequação empírica da verdade teórica. Todavia, esta distinção remete-nos para uma circularidade teórica, uma vez que a validação de uma teoria passa, em última análise, sempre pelo seu campo interno, uma vez que a ruptura com o seu referente material, que é apenas adequação prática, portanto consequência e não causa da verdade, não permite uma comparação esclarecedora. Poirier percebe claramente essa questão que tantos danos pode causar a uma disciplina dinâmica⁽³⁰⁾.

A esta aporia, tentam as correntes da modernidade responder com condições de rigor metodológico e formas de vigilância que permitam detectar e combater os obstáculos epistemológicos que surgem mais frequentemente, agora que o conhecimento não é uma mera cópia da realidade e o sujeito intervém activamente. É nesse sentido que se podem entender os esforços que, por exemplo, fazem os falseacionismos, no sentido de passar da validação segura das teorias à mera refutação das mesmas⁽³¹⁾. Ou o esforço de Popper, revelando que conceitos tidos por metafísicos, podem ter propriedades heurísticas significativas, não só porque poderão ter futuras condições de testabilidade, mas sobretudo, porque servem de programa de investigação, influenciando o tipo de explicação e o sentido da pesquisa⁽³²⁾.

A modernidade resigna-se assim a conviver com os «resíduos» da sua própria actividade cognitiva. Mas procurando, por todas as vias, afastar o relativismo, pretende sempre eliminar ou controlar esses resíduos, como se os instrumentos de remoção dos mesmos estivessem purificados, não se sabe bem por que processo.

⁽³⁰⁾ Cf. L. Poirier, 1983, p. 14.

⁽³¹⁾ Para uma perspectiva dos vários falseacionismos, cf. Imre Lakatos, *op. cit.*, pp. 112-116.

⁽³²⁾ Cf. K. Popper, "A demarcação entre ciência e metafísica" in *op. cit.*, pp. 258-265.

2.2.1 Proposições observacionais e proposições teóricas

A distinção entre estes dois tipos de proposições revela-se um expediente da modernidade para combater a circularidade criada pela prioridade dos objectos teóricos. A tentativa de encontrar uma linguagem para a teoria e outra, primitiva, para nomear os objectos empíricos, foi paralela a uma outra que pretendia reduzir as proposições da ciência a observáveis. E se este último projecto de Carnap se frustrou, como já verificámos atrás; da mesma forma, esta distinção não passa no crivo da crítica.

Ao longo do processo histórico de constituição da ciência moderna, houveram termos que primeiro foram considerados teóricos e noutro momento, inerentes às coisas em si, invalidando qualquer mediação segura e neutral entre as proposições teóricas e as proposições empíricas, por ser errado pressupor que os termos da distinção são intrínsecos à mesma e estão definitivamente adquiridos. A dicotomia parece, portanto, inoperativa⁽³³⁾.

Aquilo que os termos representam deve ser sempre ancorado a um conjunto de coordenadas socio-históricas que determinam a evolução e o sentido a dar aos referenciais.

E é aqui que deve ser lido o carácter informador da estratégia em relação à política e a sua situação como disciplina de meios. Como tal, o raciocínio estratégico deveria ser, neste ponto, tão objectivo quanto possível para aclarar os caminhos hipoteticamente turvados pelas escolhas essencialmente ideológicas dos objectivos ditados pela política.

Nada mais enganador que esta ilusão de objectividade, e curiosamente, logo nos termos e ao nível hierárquico da estratégia onde ela se poderia concretizar como ciência.

A arguta teorização de Boaventura de Sousa Santos, mostra que a ciência quando em fase de maturação e porque não é neutra na sua inserção social, se disponibiliza para a concretização de objectivos sociais, operando-se uma «conversão reguladora», em virtude da qual, o objectivo social é transformado em objectivo teórico⁽³⁴⁾.

⁽³³⁾ Cf. R. Rorty, *op. cit.*, pp. 225-227. E também H. Putnam, "O que as teorias não são", in *op. cit.*, pp. 300-326.

⁽³⁴⁾ Cf. B.S. Santos, *op. cit.*, pp. 162-163.

Mas isto já Poirier tinha claramente detectado⁽³⁵⁾ e se não retirou daí todas as consequências, é porque acredita nos mecanismos de depuração objectivista da modernidade.

2.2.2 A definição contextual

Já vimos que em determinado momento – Bentham com a sua teoria das ficções – se tornou desnecessário referenciar sempre um termo a um objecto, transpondo o núcleo primário de significação para as frases, bastando apenas traduzir, através de um qualquer expediente, todas as frases onde se empregue o termo visado. Assim, alguém poderia querer falar de todos os elementos que, ao longo de um período histórico, forneceram o conteúdo das acções estratégicas levadas a efeito, falando das estratégias aplicadas nesse período. Traduzindo o conjunto das frases de um ponto para o outro, porque a correcta significação das frases é independente dos seus termos isoladamente considerados.

Do ponto de vista epistemológico, a definição contextual se arrancou a ciência aos grilhões da passividade gnoseológica do sujeito epistémico, instaurou igualmente um processo imparável.

Quine demonstrou com o seu holismo que agora era já um enunciado típico, que por si, não tinha implicações ao nível da experiência, independentemente de uma massa substancial de teoria, passando da significação das frases para os sistemas de frases. Esta sua tese da impossibilidade da tradução radical, assim por ele chamada, é completada pela sua outra teoria da subdeterminação da experiência. Pois ao aceitarmos que o essencial é o sistema de frases, somos obrigados cada vez mais a trabalhar com o esquema conceptual interno que temos por verdadeiro. E em que ao «input» estimulador sensível diminuto, respondemos com um «output» teórico torrencial⁽³⁶⁾.

Mas podemos ir mais longe e dizer com Rort, que não se percebe porque é que Quine deixa mesmo assim como fundamento último a evidência sensível, ou melhor, as declarações de observação baseadas

⁽³⁵⁾ Cf. L. Poirier, 1987, pp. 228-231.

⁽³⁶⁾ Cf. W. Quine, *op. cit.*, pp. 281-298. E também do mesmo autor: "Ontologia" in *Dicionário do pensamento contemporâneo*, Lisboa, 1991, pp. 243-252.

na estimulação dos centros nervosos e mantida intersubjectivamente em termos de indisputabilidade dessas mesmas declarações, apresentando-se a linguagem «sensível» e os termos observacionais como fundamento semântico básico e de aprendizagem de significação. Ou não teríamos que explicitar em que tipo de discurso e com que sentido estes conceitos «universais» estavam a ser nomeados⁽³⁷⁾.

Desta maneira, a objectividade vai-se esboroando na intersubjectividade e num sistema de crenças. Resta saber se isso constitui minimamente um problema

2.2.3 Meio «versus»objecto

Esta distinção subjaz, quanto a nós, às teorizações da modernidade atrás expostas e logicamente, às suas distinções.

Sabe-se hoje que um objecto não é um simples agregado das suas partes constituintes, não permitindo, por sua vez, reduzir a sua complexidade a propriedades das partes, ainda que reconstituídas. O objecto no seu todo tem propriedades emergentes irreduzíveis às partes, adquirindo, por isso, um novo azimute e uma nova estratificação de sentido.

Não se trata de uma posição positivista que considera o fenómeno apenas na sua exteriorização superficial. Mas antes, considerar um objecto como um sistema complexo e inter-reagente.

A modernidade percebeu que esta linha de investigação é potenciadora de grandes avanços. Contudo, mantém a distinção entre um objecto assim considerado e o seu meio. Não se percebendo logicamente porque assume um essencialismo que faz diferir aquilo que é extrínseco daquilo que é intrínseco ao objecto⁽³⁸⁾.

Porque se o objecto é um sistema inter-relacional não faz sentido querer fixá-lo num determinado conjunto de invariantes. Poder-se-á abordá-lo de várias formas: decompô-lo nas suas partes, associá-las, estudar as várias facetas da sua complexidade. Mas o resultado será sempre relacionar esse objecto com alguma coisa mais, na medida em que ele é já um conjunto de relações que em determinado estágio de

⁽³⁷⁾ Cf. R. Rorty, "A ciência natural é uma espécie natural?" in *Epistemologia: posições e críticas*, Lisboa, 1991, pp. 389-390. E também, *op. cit.*, pp. 156-157 e 180-182.

⁽³⁸⁾ Cf. P. Delattre, *Teoria dos sistemas e epistemologia*, Lisboa, 1981, pp. 42-51.

complexidade lhe dão uma configuração de sentido irreduzível ao agregado das suas partes. E é precisamente por essa nova configuração de sentido não ser estática, isto é, redutível ao agregado das partes, que o novo sentido emergente do objecto só pode ser alcançado não contra o meio, mas sim dentro dele, adquirindo uma especificidade que é também uma completude resultante da impossibilidade de nomear um objecto sem nomear o seu sistema de relações.

Sendo também verdade que seria ilógico apresentar o meio como um agregado de objectos, mutuamente estranhos em relação ao meio e a cada um deles. Isto seria desvirtuar, em termos lógicos, o projecto de diferenciação entre objecto e o precipitado das suas partes, o qual, é aceite pela modernidade.

Ora, é exactamente por esta via, ao procurarmos a localização de sentido de um fenómeno – objecto – qualitativamente novo, que intervém o sistema de referência do paradigma onde nos inserimos. E se a análise redutora de tipo cartesiano já não é neutra ao buscar os elementos constitutivos de um objecto, muito menos o será para dissecar um sistema complexo. Um aumento de variáveis de um sistema é correlativo ao aumento de relações que podemos estabelecer – todas seriam infinitas –. A escolha destas e não daquelas depende do quadro de sentido em que nos integremos.

Claro que numa perspectiva próxima ao realismo, sempre poderíamos dizer que as diferenças de sentido são internas ao sistema no seu todo, mas isso seria criar um estranho pan-organicismo sistémico.

Fica cada vez mais claro que as indeterminações do meio onde actua o sujeito epistémico se fazem sentir fortemente no conhecimento científico. Que essas mesmas indeterminações não são tão residuais quanto constitutivas. E que a circularidade da teoria não é tão circular quanto isso, se se vislumbrar que não existe outro meio para além daquele onde o sujeito criador interactivamente e correlativamente conhece e age.

Estas conclusões afectam a estratégia, uma vez que o alargamento da cientificidade permite-lhe caucionar as indeterminações do seu ambiente e porque, afinal, a teoria está vinculada ao meio onde o sujeito estratégico age e conhece, sem que isso seja motivo de menor competência cognitiva, ou de menor cientificidade.

2.3 Objectividade «versus» intersubjectividade

A modernidade sempre concebeu como natural a distinção sujeito/objecto. Consequentemente secundada pela distinção entre objectividade e subjectividade. Definindo objectividade, a capacidade de inteligir o objecto com a menor interferência possível do mundo do sujeito. E tendo prioridade epistemológica sobre a subjectividade, a que não são alheios velhos traumas platónicos acerca da corrupção do corpo e dos sentidos e da consequente dignificação do polo abstracto em desfavor do concreto. O mundo do sujeito está pejado de indeterminações que maculam a verdade nua e crua do mundo, tal como se apresenta. No fundo, o que está em causa é saber se a linguagem espelha ou não o mundo.

Evidentemente que esta concepção informa, no momento histórico da sua criação, o modelo das ciências da natureza e da matemática. Talvez que se as ciências humanas tivessem surgido primeiro a história fosse algo diferente.

Só que o idealismo alemão veio demonstrar, que afinal, essas capacidades espantosas de inteligibilidade provinham naturalmente do sujeito, caindo depois num subjectivismo extremo.

A partir de Kant, reconhece-se o esforço de construção objectual do sujeito como dado adquirido. Mas curiosamente, mantendo fielmente o projecto de objectividade. Parecendo que a razão tem um «outro» encantado e omnipresente que a corrige dos «maus caminhos», mas não um «outro» omnivisível, o que faz desconfiar da lisura do projecto. Como disse Ortega y Gasset⁽³⁹⁾, o realismo e o idealismo cometeram o pecado de considerar as coisas ou as ideias como identidades independentes do «lebenswelt» – mundo da vida –; fosse a realidade exterior ou a «res cogitans» cartesiana.

A distinção sujeito/objecto é o garante da separação entre as condições de saber e o objecto desse mesmo saber. Mas na actualidade sabe-se que as condições do saber científico são protocolos arbitrariamente escolhidos entre vários, invocados como os melhores a garantirem o

(³⁹) Cf. Ortega y Gasset, *Unas lecciones de metafísica*, Madrid, 1966, lección XIV.

expediente de investigação. Sendo o objecto, não mais que os protocolos não seleccionados⁽⁴⁰⁾.

O subjectivismo extremo acredita na possibilidade fictícia de poder dilucidar todas as condições de conhecimento. O objectivismo pensa poder encontrar, tanto quanto o possível, um conhecimento sem condições. E a modernidade científica vive num equilíbrio precário mas intencional, entre a relativa ignorância sobre o que é o objecto e o relativo desconhecimento das condições de saber. Desconhecendo aparentemente, a constituição da ciência como saber intersubjectivo.

2.3.1 Do positivismo ao expediente da reflexividade

O modelo imperante da ciência moderna é o das ciências naturais, inscrito de uma maneira ou de outra nos contornos do positivismo. Para este modelo, percebido desta forma, a cisão entre o compreender e o explicar é fulcral.

A dimensão do sentido parece ser, para correntes da modernidade mais próximas do positivismo, um estorvo que limita a sua objectividade. Tanto mais que a fenomenologia agarrou a dimensão do sentido para inculcá-la somente nas ciências do homem, visto a conduta humana assentar primacialmente numa identificação empática, inerente a uma necessária partilha de experiências e de valores. Aceitando acriticamente o modelo em vigor para as ciências naturais.

Aquilo que a epistemologia de raiz Kuhniana veio demonstrar, é que a dimensão de explicação só é «compreensível» no interior do paradigma que lhe fornece o quadro de sentido e lhe impõe os objectivos a seguir. Esta epistemologia levada até às últimas consequências, acaba por pôr mesmo em causa os esforços de reflexividade levados a cabo no sentido de compreender a intersubjectividade, mas também com o propósito de a limitar.

A reflexividade surge nas ciências humanas e mais propriamente ligada à sociologia e a Bordieu. E dentro do campo do unitarismo epistemológico.

⁽⁴⁰⁾ Cf. B.S. Santos, "Ciência" in *Dicionário do pensamento contemporâneo*, Lisboa, 1991, p. 31.

Este acaba por perceber que as ciências naturais são tão «compreensíveis» dentro de um quadro de sentido quanto as ciências humanas, recorrendo também aos mesmos esquemas de causalidade. Mas mantendo o mesmo pendor objectivista e a aspiração à separação entre factos e valores – cada vez mais aspiração –. Reconhecendo abertamente a especificidade das ciências humanas.

E é aqui que a reflexividade entra em jogo, por força dos maiores obstáculos epistemológicos que se colocam às ciências humanas.

Nestas, o seu objecto são seres humanos socialmente competentes, interpretando o mundo à sua volta para melhor agirem sobre ele, incluindo, se for caso disso, os próprios estudos feitos sobre os homens, e mesmo encomendando-os para uma mais correcta intenção e intervenção transformadora. A vida social não se «mostra», como nas ciências da natureza, mas é feita acontecer em resultado das acções conscientes dos sujeitos sociais. Podendo ser os objectos naturais socialmente definidos, mas somente os sociais são socialmente produzidos. Uma dupla hermenêutica, por si bastante duvidosa.

Tornando-se bem expressiva a qualidade dos obstáculos epistemológicos que se colocam, segundo este ponto de vista, especificamente às ciências do homem – Para quem tem dificuldade, por razões atrás expostas, em atribuir com mais desembaraço o estatuto de ciência à estratégia, deveria ter em atenção o que se acabou de dizer –.

A única forma encontrada para controlar estes «desmandos», foi a reflexividade não só sobre os instrumentos metodológicos e de análise, mas também sobre as influências exercidas no sujeito epistémico pela sua dimensão de homem vivente. Dando origem a duas correntes distintas nos procedimentos da reflexividade. Ora esta, não é mais que uma investigação sociológica sobre a sociologia, ou quando alargada a todo o espectro científico, uma socio-epistemologia da ciência e da epistemologia formalista⁽⁴¹⁾.

A crítica principal que se pode desenvolver em relação a esta teorização, é que ela verificando a carga intersubjectiva do cientista vive com ela incomodamente e tenta depurá-la através de instrumentos

⁽⁴¹⁾ Para uma boa análise, ainda que sucinta, da reflexividade; cf. B.S. Santos, *op. cit.*, pp. 87-99. Na qual, se baseou a explicação desta temática.

pretensamente objectivados. Não se encontrando uma explicação credível para a suspensão de um raciocínio de reflexividade sobre a própria reflexividade, a não ser esse «outro» da razão, essa eminência parda que a modernidade traz sempre na cartola. Infelizmente para si, não como pura magia, mas antes como simples truque de ilusionismo.

Este sentido das coisas está tão arreigado nos pensadores modernos, que o próprio Piaget pretende como ideal, a progressiva descentração do sujeito epistémico do seu fundo psicológico – «directão objectivante»⁽⁴²⁾ –, apesar de em toda a sua obra o conhecimento ser julgado fruto das operações lógicas do sujeito, em que a fonte dessas operações não são as estruturas «a priori» kantianas, mas a própria acção do sujeito.

2.3.2 Identidade «versus» alteridade

A ciência moderna e a modernidade em geral, pela sua perspectiva instrumentalista da razão, tende a transformar o real social ou natural num vasto campo homogeneizado de reflexão-acção. Esta desterritorialização das relações sociais e do próprio campo de constituição do saber científico por elas influenciadas está directamente ligada ao utopismo objectivista, universalista e absolutizante da ciência moderna. Ao qual preside uma lógica asséptica de identidade, que diz arrogantemente procurar as invariantes e as verdades que subjazem aos fenómenos, como se esse projecto não fosse historicamente datado e espacializado. Arrogando-se a separar definitivamente o irrelevante do relevante. Pairando altivamente sobre todas as determinações.

«O ponto de vista de Deus», interiorizado pela modernidade, tem de ser desconstruído. Tendo em conta que ela não se julga instrumentalista, nem ideologizada e, quando confrontada com estas «perverções», denomina-as imediatamente de obstáculos epistemológicos a ultrapassar em nome da sua auto-proclamada assepsia.

Aquilo que o projecto kuhniano veio pôr em questão foi esta segurança adquirida, e logo nas ciências naturais, rompendo de vez

(42) Cf. J. Piaget, *Lógica e conhecimento científico*, 1.º vol., Porto, (s.d.), pp. 25-26.

com o etnocentrismo epistemológico naturalista exercido sobre as ciências humanas.

A teoria de Kuhn, exposta na sua obra principal⁽⁴³⁾, refere que o conhecimento científico está directamente vinculado a paradigmas incomensuráveis entre si, sendo o crescimento desse mesmo conhecimento descontínuo, operando por saltos que não se podem justificar pelos critérios internos de validação do conhecimento, mas sim por factores psicológicos e sociológicos referentes às diferentes comunidades científicas. Operando-se esse crescimento nos períodos de crise e transição paradigmática. Os períodos de «ciência normal» que correspondem à institucionalização paradigmática, fazem funcionar a comunidade científica como uma comunidade de tradição organizada, mais ou menos autoritária, impondo os limites de sentido a que a prática científica deve obedecer. Correspondendo a diferentes paradigmas, distintas e irreduzíveis perspectivas científicas, por não existirem critérios internos de validação que não sejam automaticamente critérios intersubjectivos de validação comunitária.

Esta teoria, hoje cada vez mais aceite, atribui à intersubjectividade a audição que ela merece, podendo mesmo pecar por defeito, visto só considerar os objectivos sociais intra-comunidade científica, não inserindo esta no seio da sociedade global.

A própria matemática que alguns poderiam julgar a montante destas questões, surge no meio delas. São os problemas epistemológicos colocados pelas geometrias pós-euclidianas. É a verificação que um termo só é indefinível, uma proposição só é indemonstrável num interior de um sistema estruturado especificamente⁽⁴⁴⁾. O mesmo é dizer que a demonstrabilidade e a definibilidade só adquirem sentido no interior do sistema que Ihes é próprio. E em que condições foi este criado?

Com algumas semelhanças à teorização de Kuhn, aparece o estruturalismo construtivista de molde piagetiano. Para este, o conhecimento desenvolve-se por um processo genético em que os vários estádios correspondem a diferentes estruturas autónomas e dependentes das suas

⁽⁴³⁾ Cf. T. Kuhn, *La structure des révolutions scientifiques*, Paris, 1983.

⁽⁴⁴⁾ Cf. R. Blanché, *A axiomática*, Lisboa, 1987, pp. 41-42.

leis de composição interna. Traduzindo-se historicamente numa sociogénese de estádios autónomos, respondendo apenas em relação a eles mesmos.

Aquilo que todas estas teorizações definem é o carácter constitutivo da intersubjectividade no conhecimento científico, isto para já não falar mais directamente dos aspectos pessoais na prática científica, tão bem estudados por Holton e Polanji⁽⁴⁵⁾.

A ciência reterritorializa-se nas coordenadas espacio-temporais que a envolvem e »des-objectiva-se«, perdendo para a alteridade dos sujeitos sociais o carácter homogeneizador e instrumentalista que lhe outorgavam aquele perfil de auto-convencimento nada consentâneo com os resultados do balanço possível da sua intervenção. Abrindo, assim, as portas para o reconhecimento de outras dimensões igualmente constitutivas.

A estratégia, perante este quadro, dificilmente pode escapar a uma classificação científica global, superadas como estão as dúvidas epistemológicas que sobre ela pairavam.

2.3.3 A dimensão estética

Tínhamos já visto – na 1.ª parte, em 1.2 – que a arte é sempre inseparável de uma dimensão estética proveniente da subjectividade criativa.

Mas o que nos vai importar agora, é a negação dessa mesma dimensão à ciência moderna, por via da sua objectivação e asseptização.

A ciência moderna procura afastar todos os elementos não cognitivos – emoção, paixão, etc. – por considerá-los um desvio à racionalidade. A instrumentalidade do discurso da ciência moderna e o seu quantitativismo «literal» não pactuam com modos pretensamente menos rigorosos de apreensão do real.

O discurso científico pretende-se desmetaforizado, mas mesmo os epistemólogos racionalistas que pretendem separar claramente a linguagem técnica da linguagem poética, remetendo a metaforização para

(45) Cf. G. Holton, "Os temas no pensamento científico" in *Epistemologia: posições e críticas*, Lisboa, 1991, pp. 161-200. U. Polanji, *op. cit.*

esta última, como Bachelard, usam metáforas abundantemente. A metaforização do discurso tem mesmo um papel cimeiro no «progresso» da ciência. Como salienta Perelman, a analogia imagética, mais que uma vulgar relação de semelhança, estabelece uma criativa similitude de relação⁽⁴⁶⁾. O caso da analogia entre família, partículas atómicas e sub-atómicas. Enfim, o processo de purificação metafórica parece votado ao fracasso. Sendo melhor dizer com Rorty que a maioria das nossas convicções filosóficas se dizem em imagens e metáforas e não em proposições e descrições⁽⁴⁷⁾.

Aquilo que a metatorização vem mostrar, é que o discurso científico não sendo literal se abre ao domínio da figuralidade. O conhecimento científico é um instrumento retórico, ao qual subjaz uma tentativa de persuasão argumentativa diante de um auditório, a comunidade científica. O cientista confia que os seus argumentos não caiam num auditório vazio de competência e de algum consenso temático. E por isso, o conhecimento é sempre um «acto fiduciário».

Ao contrário do que pensava a modernidade, não são os factos que falam pela teoria, nem esta isoladamente, mas as idiossincrasias socio-históricas dos homens que a produzem.

O conhecimento científico é também, e sempre, um constante apelo à emoção com fins de persuasão, um conjunto tropológico de metáforas, em que o valor da verdade é o valor da capacidade de persuasão de um argumento, e a objectividade, a face do conhecimento que adquiriu foros de consenso num proscénio de cientistas⁽⁴⁸⁾.

A polarização entre literal e figural não é tão bem delimitada quanto se julgava. Podendo, a literalidade positivista, representar uma perspectiva argumentativa que, em última análise, tem uma intenção estética, diríamos uma estética instrumental, ou uma «tecno-estética». Que em todo caso, parece ter expressão concreta no formalismo estético da Bauhaus. Repare-se, portanto, que a figuralização do discurso aproxima o sujeito do objecto, faz intervir fortemente a intersubjectividade, porque ela nunca é instrumental, frisando o para

⁽⁴⁶⁾ C. Perelman, *The New Rhetoric. A treatise on Argumentation*. Notredame, 1971, p. 398.

⁽⁴⁷⁾ Cf. R. Rorty, *op. cit.*, p. 21

⁽⁴⁸⁾ Cf. *Idem, ibidem*, p. 264.

doxo do estranhamento moderno entre arte e ciência. O mesmo é dizer, entre estratégia-ciência e estratégia-arte.

2.3.4 A dimensão ética

A ciência moderna julga-se não portadora de considerações éticas no seu projecto, e a montante daquelas que podem surgir como consequência das suas acções. Esta posição de Pilatos, ou irresponsabilidade substantiva das suas acções, é inerente ao seu perfil instrumental e às suas aspirações de asepsia que culminam nos expedientes dicotómicos que já tivemos ocasião de abordar.

Para começar, o projecto científico moderno nunca foi, internamente, tão vazio de ética como quer fazer parecer. O seu lema inicial de racionalização do mundo, para construir um futuro melhor, é o sinal mais significativa da existência de alguma dimensão ética. Só que, paradoxalmente, o reino da liberdade e do progresso sem fim que o cientismo apresenta, esteriliza eticamente a natureza, por a considerar o campo do determinismo fenoménico que é preciso conhecer para dominar e ser livre. E da primeira objectivação, neutralizadora da ética, passa-se a um caminho sem retorno

O texto científico, considerado suprema instância moral, adquire uma necessidade cega quando a instrumentalidade da razão científica moderna e o projecto colonialista de científicização do mundo e dos demais saberes, instauram neste, uma práxis cientista, um utopismo tecnológico. Então, a ciência auto-neutraliza-se eticamente como ente acima do bem e do mal.

Noutra vertente, a dissociação factorial a que a modernidade procede, instaurando totalidades específicas com as suas próprias leis de regulação – económico, político, religioso, científico, etc. –, revela que por serem neutras não podem ser neutrais. A doutrina social da igreja foi uma das primeiras a constatar o facto de que a autonomia dos diversos campos poderia corresponder à autarcia intencional de cada um deles, e seguidamente a uma tentativa de expansão e colonização dos restantes, por auto-convencimento. Tanto mais grave quanto não existiria um freio ético. O cientismo moderno representa o pilar vencedor.

Afinal, nem as consequências da ciência moderna se revelaram e revelam eticamente neutras, nem sequer são imputáveis a outrem. Como também a sua ilusão «a-moral» não se revelou profícua. A neutralização e objectivação do real no seu todo, esconde a naturalização do social e a consequente reificação do homem, como veremos no ponto seguinte.

Por estas razões se denota que a decisão volitiva individual, não a afasta da cientificidade, por qualquer julgamento moral que possa envolver, nem as considerações éticas devem ser cerceadas na análise estratégica. Quanto mais não seja, porque é um objectivismo ilusório, negar a dimensão ética nas teorias científicas da decisão. Ora, a «prudencia» aplicada ao cálculo racional e probabilístico relativamente aos problemas da escolha, tolhe a liberdade e previne a vontade. A reflexividade sobre a justeza da aplicação de uma regra a determinada situação, revela uma suspeição que nos guarda de efeitos perversos, acabando por aceder sempre às exigências éticas da virtude.

Esta revalorização de Aristóteles e de uma maneira geral, de todas as éticas de pendor situacional, foi aplicada à teoria dos jogos por Saint-Sernin⁽⁴⁹⁾.

2.4 Homem «versus» natureza

A distinção sujeito/objecto é concomitante de uma outra que aparta o homem da natureza. Esta distinção é nitidamente uma criação da modernidade e da sua razão instrumental visando a total objectivação desta e a consequente neutralização ética da razão que sobre ela actua. Por sua vez, esta distinção actua como um magnífico expediente para provar a objectividade do conhecimento, exercido assim, sobre uma matéria inerte que se deixa retratar perfeitamente na sua globalidade. Mas esta distinção é igualmente um expediente mediador visando ocultar a reificação do homem. Expediente que se torna mais visível quando se pretende objectivar o

⁽⁴⁹⁾ B. Saint-Sernin, *Le Problème de la décision: le décideur e l'indéciderule*, in *Encyclopaedia Universalis Symposium*, Paris, 1935, pp. 804-108 809-813. Para uma visão algo aproximada; cf. L. Poirier, 1983, nota da pág. 12.

programa das ciências humanas. A modernidade vê a sociedade como uma segunda natureza.

Contudo, esta distinção revela grandes contradições. Porque se a natureza é estranha ao homem enquanto objecto de conhecimento, este estranhamento é condição necessária da sua integração completa no homem enquanto objectivo de conhecimento.

E esta contradição introduz-nos numa outra distinção totalmente moldada naquela que temos vindo a referir, apartando a natureza da cultura.

A tecnologia ao transformar a natureza num «artefacto planetário»⁽⁵⁰⁾, aculturou-a, e a cultura passou a ser tudo, ela que era um enquistamento no mundo natural. Afinal, a instrumentalidade da modernidade só precipitou algo que queria evitar e que se percebia por detrás da sua aparente neutralidade. A impossibilidade da distinção ontológica promovida e, por arrastamento, da distinção epistemológica entre ciências naturais e sociais, porque ambas são socialmente – intersubjectivamente – produzidas.

A todas estes dualismos se pode juntar um outro, que separa o masculino do feminino. Associando ao pólo masculino, o pólo dominante das distinções. Ao feminino, associa-se o polo objectivado; a natureza, o objecto, o concreto.

Este sexismo da ciência e do pensamento moderno pode ser encontrado na estratégia segundo duas vertentes. Por um lado, os dualismos do pensamento moderno servem o pólo dominante, e esses mesmos dualismos são inteiramente interiorizados pelos pensadores da estratégia na classificação da sua disciplina, como vimos.

Por outro lado, seria uma interessante linha de investigação verificar até que ponto a ideia de uma certa inevitabilidade da força nas relações internacionais, cultivada pela estratégia e não só por ela, e no fundo, perpetuada na prática por quem assim pensa, não será produto de uma dominação da organização masculina do mundo, de um androcentrismo. A epistemologia feminista explora esta visão de forma bastante interessante.

⁽⁵⁰⁾ Cf. B.S. Santos, "Ciência" in *op. cit.*, p. 32.

2.5 O acaso

A modernidade desde o seu início sempre contou com o acaso nas suas formulações. O acaso era, como é, produtor de entropia e factor de perturbação. Assumindo um estatuto de imprevisível, em rigor e por definição, um cruzamento de sequências causais independentes de fraca recorrência. A definição permite-lhe um tratamento matemático e logo científico, por intermédio do estudo das probabilidades.

Mas o que a modernidade não considerou foi a centralidade da noção de acaso. Acabando por ser visto como um apêndice indesejável e inultrapassável, fruto da nossa incapacidade para reconhecer todas as variáveis num meio entropico. E assim se chegou ao justificacionismo probabilista. Parecendo-nos que a estratégia é afectada por este complexo de inferioridade, indo talvez excessivamente longe e na senda do justificacionismo mais dogmático, quando faz a ponte entre a arte e a ciência, através do tratamento probabilístico, mas ficando a meio dela porque este mesmo raciocínio probabilístico não é o ideal.

O rombo nesta teorização foi dado pela física de Heisenberg e pela mecânica quântica no seu conjunto. Os seus resultados mostram que a própria realidade, enquanto conjunto de estruturas dinâmicas em equilíbrio, pode ser avassalada por manifestações entrópicas que lhe são intrínsecas e naturais.

Esta teorização atravessa todo o pensamento de Prigogine e leva-o a ser mais incisivo e brilhante. As indeterminações permitem aproximar o mundo natural do humano. Falseando o ideal de objectividade positivista, como centrifugador de uma razão mais aberta⁽⁵¹⁾.

No entanto, o travo de realismo que eventualmente esta concepção detenha, poderá ser ultrapassado, levando até às últimas consequências a aproximação entre natural e humano. De resto, em consonância com o nosso ponto de vista de análise.

Questionando até que ponto, o reconhecimento cada vez maior das contingências socio-históricas na produção científica, não se projectará nas suas formulações teóricas. Uma vez que as definições objectuais são intersubjectivamente produzidas.

(51) Cf. I. Prigogine, *A nova aliança: metamorfose da ciência*, Lisboa, 1987.

Desta forma, a dicotomia entre sistemas abertos e sistemas fechados, tão do agrado da ciência moderna, perde muito da sua pertinência. Os primeiros eram prioritariamente identificados com as ciências humanas e responsabilizados pelo seu atraso quanto aos ideais de predição e controlo. O acaso revaloriza-os e acentua a importância que o primado da intersubjectividade lhes começava a dar.

Esta «revalorização do caos», apontando a disciplina e o determinismo como uma «cristalização de superfície», sob a qual reina esse mesmo caos, permite definir uma hermenêutica de suspeição, privilegiando os efeitos próximos e precavendo os longínquos, atenuando a discrepância acção/previsão que se fazia sentir exponencialmente a favor daquela. Instaurando um saber prudente e obrigando a ciência a uma postura ética⁽⁵²⁾.

Dentro da modernidade, o caos vem complicar as distinções entre arte e ciência. Se considerarmos a inapagável dimensão estética da arte – não a vendo pelo prisma tecnicizante, que também já vimos não ser neutro – veremos que o caos a valoriza, fazendo-a passar da regularidade das formas e da teorização do Belo, para a fractalidade intempestiva do sublime. Surgindo de imediato um paradoxo para a estratégia.

O caos abre definitivamente a cientificidade à intersubjectividade e faz a arte mais arte. Como a modernidade mantém a distinção entre arte e ciência, esta aporia estética que não é residual mas constitutiva, só poderá ser resolvida no paradigma pós-moderno.

Assim, a centralidade do acaso faz cair definitivamente qualquer ideal de apoditicidade, pulverizando os grilhões que limitavam a ciência, «des-sacralizando-a».

Para a estratégia, tomando-se ou não uma posição realista na adopção do caos, os obstáculos epistemológicos que ela própria colocava à concretização do seu estatuto de ciência deverão ser removidos.

⁽⁵²⁾ Esta arguta visão de B.S. Santos está sucintamente expressa no seu artigo “Ciência” in *op. cit.*, pp. 25-26 e 29.

2.6 Metodologias

As questões de metodologia têm sido fundamentais na ciência moderna, para se averiguar com exactidão do papel que cabe ao sujeito na construção do conhecimento e daquele que cabe ao objecto.

A observância rigorosa da metodologia é, no fim de contas, um expediente de manutenção das distinções a que a ciência moderna lança para resolver os seus problemas de neutralidade e objectividade.

Quanto a nós, não só pensamos que a metodologia utilizada normalmente pela ciência moderna é extremamente redutora, como nos parece que a contra-regra metodológica é a regra na prática científica.

Embora o quantitativismo seja considerado mais nobre pela ciência moderna, devido à sua maior assepsia, os epistemólogos modernos mais ligados à reflexividade têm dado preferência ao pluralismo metodológico. Não só porque as ciências humanas têm de ter em linha de conta os métodos qualitativos, mas também porque este maior ênfase que lhe é dado, permite uma maior capacidade de encaixe às críticas, ao mesmo tempo que visa uma reforma no paradigma, deixando intactas as linhas de força programáticas.

Na verdade, os métodos quantitativos dispõem mais ao estranhamento sujeito/objecto, dificultando a interpretação hermenêutica, pela redução – distorção – do objecto à quantidade. O que é grave se se tratar de um objecto num universo de sentido diametralmente oposto. A metodologia qualitativa faz a auto-integração do sujeito no campo do objecto, permitindo rasgar o muro que separa os binómios explicar/compreender e factos/valores. Sendo aquela que melhor serve a transgressão paradigmática, ate porque existe um gesto qualitativo inerente ao quantitativismo, uma vez que o objecto não pode ser totalmente estranho ao sujeito epistemológico. Este, focaliza-o no «zoom» que mais equilibradamente sirva não só a distanciação como também a explicação.

Se quanto ao tipo de métodos a ciência moderna apresenta este panorama, o seu «ex libris» concreto é o método resolutivo-compositivo.

Este método faz uma resoluta e bem definida integração entre a dissecação analítica e a composição sintética. Todavia, como vimos a

propósito da distinção meio/objecto, – 2.2.3 – os fenómenos devem ser encarados de forma complexa, ultrapassando tanto a sua redução aos elementos constitutivos, como a mera expressão compósita. Adquirindo uma nova estratificação de sentido resultante de novas propriedades emergentes.

A crise do método resolutivo-compositivo, é a crise das metodologias impessoalistas que enredam o objecto numa apertada teia objectivista e discricionária acerca daquilo que é relevante e daquilo que não o é.

Mas num outro registo, pode e deve-se perguntar se a prática científica cumpre sempre as regras e se isso é indiscutivelmente positivo.

Em 1.2, vimos com Polany que os métodos são formulações demasiado ambíguas que podem levar, para diferentes cientistas, a resultados muito distintos. Só não causando danos à ciência porque se exercem sobre elementos consensuais incontrovertidos. Aquilo que podemos acrescentar será baseado em Feyerabend e Boaventura de Sousa Santos⁽⁵³⁾.

Para Feyerabend, a história da ciência prova que a observância de regras metodológicas ajudou à manutenção de erros científicos, ultrapassados quando os cientistas marginalizaram as regras. Sendo este o único verdadeiro princípio observado frequentemente ao longo da história da ciência. Princípio que crismou o seu célebre anarquismo metodológico. O que não quer dizer ausência de todo e qualquer método, mas antes, prolixa diversidade ao longo da história. Os pressupostos e também as consequências das suas teses são as de não privilegiar o conhecimento científico sobre qualquer outro e de que a «incomensurabilidade» possível entre teorias científicas traduz uma adesão às mesmas por «crenças» extracientíficas, revelando pontos de contacto com a posição de Kuhn.

Sousa Santos mostra-se algo crítico em relação a Feyerabend, embora concorde no essencial com este. Achando ser excessivo o termo anarquismo, por nenhum cientista se ver desta maneira, propondo em substituição a expressão «metodologia transgressiva».

⁽⁵³⁾ Cf. P. Feyerabend, *Contre la méthode, Esquisse d'une théorie anarchiste de la connaissance*, Paris, 1979. E B. S. Santos *op. cit.*, pp. 121-123.

Discordando igualmente de Feyerabend por razões que se prendem com aquilo que denomina de «duplicidade retórica do discurso científico». Segundo a qual, se o cientista viola habitualmente as regras publicamente consagradas, tem de perante o auditório da comunidade científica aferir pelo critério delas, se quer ver os seus argumentos terem força persuasiva.

O autor chama assim a atenção para a normatividade metodológica como valor retórico e conseqüentemente para a retoricidade do processo de argumentação científica na sua globalidade.

Lucien Poirier também se apercebe que um método é um acto de fé, neutralizador da degradação que o conhecimento tem perante a complexidade e a dinâmica do meio⁽⁵⁴⁾. Todavia, ele pensa sobretudo na sua Estratégia, mantendo o ideal metodológico – ou a ilusão metodológica – para outras actividades gnoseológicas. Uma conduta epistemológica que nos parece, e pelo que temos vindo a afirmar, redutora.

2.7 Ciência «versus» senso comum

Esta última distinção que iremos abordar, é ao mesmo tempo causa e corolário das restantes.

É evidente que nem toda as actividades que tenham aplicações gnoseológicas podem ser acantonadas tão facilmente no senso comum e não o são. A arte, a técnica, o pensamento religioso, estão entre os possíveis exemplos.

O pensamento filosófico tem um lugar à parte porque pretende arrogar-se à tarefa suprema de fundar o conhecimento e de o validar judicialmente, inclusive o conhecimento científico, não obstante, um certo pendor positivista, que ainda se mantém, conduzindo a uma certa aversão à reflexão filosófica especulativa sobre a ciência, julgada não compatível com o rigor científico desta. Sendo Piaget um dos seus maiores cultores⁽⁵⁵⁾.

⁽⁵⁴⁾ Cf. L. Poirier, 1983, pp. 33-35.

⁽⁵⁵⁾ Cf. J. Piaget, *Sagesse et illusions de la philosophie*, Paris, 1965, pp. 281-284. Para uma visão da problemática do pensamento filosófico como instância suprema, cf. R. Rorty, *op. cit.*, pp. 109-110.

A própria tecnologia querendo-se matematicamente moldada, é ideologicamente separada da ciência, constituindo tão somente o seu campo de aplicação. Aquilo que se regista, de uma maneira ou de outra, é o complexo de superioridade da ciência, sobrepondo-se aos outros saberes porque possuindo uma maior verdade e estando isenta dos preconceitos que acabam sempre por caracterizar os outros saberes. Como se os seus «pré-conceitos» fossem ontologicamente distintos daqueles. Portanto, é com algum risco que vamos denominar os restantes saberes de senso comum.

A monopolização do espaço gnoseológico pela ciência no paradigma moderno, faz-se através de uma pirâmide de raiz platónica, lida no sentido descendente. A expropriação das competências cognitivas não tem lugar apenas quando se atinge o senso comum, começando logo na diferenciação entre ciências puras e aplicadas. Embora na actualidade haja a intenção de sobrevalorizar estas últimas, fruto da instrumentalidade da razão, e mostrando quão falsas e ilusórias são estas distinções perante a tecnicização dos saberes levada a efeito por quem, afinal, lavrou as distinções.

O senso comum representa, em relação à ciência, as trevas, o conhecimento vulgar, os preconceitos, a aparência, a «doxa» que não pensa. Como se a ciência tivesse completamente livre dessas trevas, desses preconceitos. Ademais, a noção de preconceito tanto pode incluir ilusões, erros, distorções, como as pré-concepções, os prejuízos, as intuições criativas, as expectativas utópicas que lançam os homens na esperança. Elementos constitutivos da intersubjectividade, abrindo os saberes à estética, à ética, ao mundo. «Des-reconhecendo» o estranho esoterismo a que a ciência moderna se remeteu por força das suas aspirações de neutralidade e objectividade. É que o seu pendor colonialista e sobranceiro transformou num instrumento ilusório, nas condições em que se auto-reconhece, e sem controlo.

De qualquer forma, a sua análise, para ser objectiva é demasiado simplista. Uma vez que diferentes sociedades históricas podem criar diferentes sentidos comuns dependendo da sua acomoditidade, do seu maior ou menor fechamento, etc. Sabendo nós que certas teorias científicas servem antes para preservar o «statu quo» por mais conservativo que ele seja, do que para o transformar. São o caso da

mecânica newtoniana nos seus arremedos finais, a teoria das elites de Pareto, o marxismo-leninismo com o seu «diamat», e em geral todas as teorias científicas, nas quais, a cláusula «caeteris paribus» oferece sempre um expediente de acomodação de resultados.

A arte, se pretender fugir à tecnicização, e que nos parece ser o propósito da estratégia-arte, será no paradigma moderno, sempre ligada a um subjectivismo que a aparta da ciência e a desapropria ainda mais de competências cognitivas.

No paradigma moderno, atendendo à distinção ciência/arte, e no quadro crítico de uma cientificidade alargada, a estratégia deverá, pensamos, ser ciência. Mas esta cientificidade alargada revela uma convergência com os demais saberes, inclusive com a arte. Uma contradição que somente se resolve noutro paradigma.

A ESTRATÉGIA E O PARADIGMA PÓS-MODERNO

As críticas feitas à noção de ciência no paradigma moderno, resultaram em parte das contradições internas ao paradigma, e por outro lado, de uma tomada de posição crítica intrínseca à pós-modernidade. E é na pós-modernidade que uma noção de cientificidade aberta às indeterminações que atingem a intersubjectividade no seu cerne, tem livre expressão.

A ciência pós-moderna não teme, antes afirma a intersubjectividade e as influências mais estritamente subjectivas no seu seio. É uma ciência esteticamente reencantada, eticamente activa, sabendo do seu valor de verdade como essencialmente retórico, pouco ou nada tendo a ver com o agreste rigor metodológico que lhe pretende travar o passo. Uma ciência que acredita na alteridade e nos sistemas abertos, revalorizando o caos. Em suma, uma ciência que se deixa de ater exclusivamente à sua função cognitivo-instrumental e ao seu utopismo tecnológico. Compreendendo os outros saberes, não os expropriando de competências cognitivas, nem os pretendendo colonizar. Descomprometendo-se com a farsa da neutralidade e de objectividade, que não eram mais que a outra face da desterritorialização e reificação dos homens.

1. Uma interpretação epistémica e paradigmática

Definindo, por exemplo, as «epistemes» da causalidade, tempo, espaço e acaso. Poderemos ver melhor os contrastes entre o paradigma moderno e pós-moderno e as suas irredutibilidades.

Em relação à primeira «episteme», a modernidade afirma que causas e efeitos resultam de uma teia de relações que se conservam. Não sendo estas mais que mecanismos universais de explicação, com os seus próprios elementos de regulação dos sistemas – físicos, biológicos, sociais, económicos, etc. – e tendo por base as invariantes que compõem ontologicamente o «ser» do mundo e do homem.

A pós-modernidade contesta esta universalidade e afirma que estes mecanismos não são universais, mas relativos a uma determinada matriz socio-histórica. E que o expediente das invariantes é duplamente ilusório. Pondo de parte a importância do acaso na abertura dos sistemas, a pós-modernidade pensa que a determinação ontológica do mundo é fruto somente de uma determinada visão socio-histórica, a visão moderna, não sendo possível definir a invariação. Por outro lado, não percebe por que é que a modernidade, aceitando invariantes ao homem – tendências, apetites, necessidades, etc. – não as faz intervir socialmente na construção do objecto científico, a não ser que a delimitação de invariantes seja um expediente de neutralização para melhor objectivar os processos gnoseológicos.

A modernidade não lê a realidade do modo em que ela aparentemente se ordena, mas com base em relações invisíveis – abstractas – que a explicam, podendo a sua análise ser potenciada por varias leituras convergentes para a explicação do todo.

A pós-modernidade não retira a importância à dissociação factorial, nem nega a importante contribuição da conceptualização de invisíveis em relação às análises feitas de próximo em próximo pela pré-modernidade. Mas apela à não neutralidade que a dissociação factorial pode tomar – 2.^a parte, 2 3 4 – e não despromove a pré-modernidade. Antes contextualiza-a, sabendo que a modernidade é tão somente uma outra perspectiva particular e que a assepsia científicizadora com que pretende tudo tyrannizar não é nada asséptica.

A modernidade concebe um «tempo» contínuo, homogéneo e regular.

«Tempo» homogéneo, porque percebido como fluxo independente dos processos e objectos. Resultando daí, uma capacidade para apreender o que existe de comum a esses mesmos processos

«Tempo» contínuo, uma vez que ao constatarem-se os pontos comuns entre os diferentes objectos e processos, se descobrem os mecanismos de relações universais que se perenizam.

«Tempo» regular, porque ente matematizável e abstracto, independente da «physis» e das sintomatologias temporais subjectivas.

A pós-modernidade concorda que o tempo seja diverso dos fazeres, mas ao encontrar os mecanismos comuns aos processos, não os dissolve acriticamente em qualquer universalidade hipostasiada. Remetendo-os sempre a uma determinada coordenada espacio-temporal, ao primado da alteridade. Reenviando a perspectiva moderna ao seu tempo e lugar. Não expropriando também, a funcionalidade pratica e cognitiva dos saberes que não saibam ler o tempo de forma moderna.

A modernidade concebe um «outro» civilizacional, ainda que dentro do conjunto de universais que ela própria estabeleceu.

A pós-modernidade chama a atenção para esta contradição moderna, não permitindo que o «outro» se exprima em todas as suas facetas. Anulando-o numa lógica de identidade desterritorializadora e numa objectivação reificante. Mostrando que quem assim concebe dever-se-á também colocar como um «outro» completamente imerso nos modos de pensar e agir que lhe são próprios.

Quanto ao acaso, a modernidade não lhe nega um espaço próprio, mas sempre como «episteme» indesejável, fruto da nossa incapacidade de esclarecer todas as variáveis. Pondo-o ao seu serviço, assim que percebe ser irradicável, através do probabilismo – 2.ª parte, 2.5 –.

A pós-modernidade transforma o acaso em categoria central, revelando que este não é um elemento residual, mas sim estrutural, fazendo a ligação com o mundo não determinista do sujeito criador. Não desvalorizando, como é óbvio, os esforços neguentrópicos. Advertindo, todavia, para o perigo objectivista e puritano do probabilismo, ao reduzir tudo a um tratamento matemático – 2.ª Parte, 1.2 –.

Ao integrar o caos na ciência, a pós-modernidade não integra uma simples probabilização, não transforma a não-apoditicidade em verdade assertórica, descartando mais ou menos uma lógica de identidade e essencialista. Integra sim, de forma inequívoca, a entropia e a alteridade reforçando a especificidade e a proeminência do particular. Cada mónada é uma visão local-global sem um ordenador que as defina rigidamente. O seu correlato não é a uniformidade, antes a infinitude.

Não se trata de negar o Mundo, mas de afirmar que o pensar e o agir nesse mundo é sempre um precipitado de um compósito de perspectivas, onde se esbatem as fronteiras entre o sujeito epistémico e o sujeito psico-social e histórico. E onde se inscrevem, renovadamente historicidade, contextualização e uma retórica trópica que substitui a inferencialidade lógica pela argumentação retórica.

2. Ciência e senso comum, uma perspectiva de convergência

Retomando a noção de senso comum numa perspectiva extraordinariamente alargada, incluindo todos aqueles saberes que a ciência moderna desvaloriza de alguma maneira, iremos agora mostrar como se resolvem as aporias da modernidade e como uma noção de cientificidade alargada só no paradigma pós-moderno pode ser devidamente explorada, não estranhando os outros saberes, valorizando-os e valorizando-se pelo mútuo estreitamento.

A distinção ciência/arte, que se revelou paradoxal em face da contradição estética a que uma maior significação do acaso deu vigor – 2.ª Parte, 2.5 –, poderá ter agora um melhor encaminhamento. Porque se a dimensão estética é um critério fundacional e não só residual, o encontro da arte com o sublime, via fractalidade, enobrece-a na mesma proporção que o acaso alarga os horizontes da cientificidade. E para obviar a este estranho paradoxo, moderno entenda-se, torna-se mester reaproximar estes dois saberes desavindos.

Reaproximação possível através da vocação operativa da arte e da ciência. Reconhecendo esta última, a plena constituição intersubjectiva dos seus objectos de estudo. Reaproximação, igualmente, através da dimensão estética, por intermédio de uma nova ciência reencantada.

Recolhendo, a estratégia, os dividendos da ciência e da arte, mas agora de um modo completamente diverso daquele que era proposto.

O novo universo de sentido proposto pelo paradigma pós-moderno, assenta, assim, na exaltação de modos de pensar e agir inerentes a outros saberes, denegados precipitadamente pela ciência moderna, que os julgava manifestações de um senso comum por ela já ultrapassado.

Para o efeito, nada traduz melhor essa exaltação que as palavras de Boaventura de Sousa Santos. Escutemo-lo pois, e comparemos em seguida esta revalorização com o seu próprio modelo de ciência pós-moderna.

Diz ele que «o senso comum faz coincidir causa e intenção; subjaz-lhe uma visão do mundo assente na acção e no princípio da criatividade e das responsabilidades individuais. O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajectórias e às experiências da vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma de confiança e dá segurança. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objectos tencológicos e do esoterismo do conhecimento em nome do princípio da igualdade do acesso ao discurso, à competência cognitiva e à competência linguística. O senso comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é indisciplinar e inetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder quotidiano da vida. Por ultimo o senso comum é retórico e metafórico; não ensina persuade»⁽⁵⁶⁾.

Comparando esta longa citação com aquilo que o autor denomina de «aplicação edificante» do conhecimento científico na pós-modernidade, poderemos concluir da enorme aproximação entre a ciência e outros saberes.

Esta «aplicação edificante» faz saber que ela surge sempre contextualmente envolvida, e por isso está ética e socialmente comprometida com o impacto da sua aplicação. Que os meios não estão

(56) Cf. B.S. Santos, *op. cit.*, p. 44.

separados dos fins, só se concretizando estes se os meios forem adequados em todas as suas dimensões. Desconstruindo-se a posição de Pilatos, dando prioridade ao «know-how» ético sobre o «know-how» técnico, pois aquele é que atribui a este o seu valor de uso.

A aplicação do conhecimento científico é um processo retórico, baseado nas competências argumentativas que se esgrimem nas propostas de adequação dos meios aos fins. Argumentos que têm como fim persuadir, e que por isso, integram o figural.

Consequentemente quer se um saber científico mais reconhecedor de alternativas e da precaridade socio-histórica do seu discurso de verdade. Ampliando o seu espaço de comunicação aos outros saberes, obrigando o cientista a falar como tal no seu campo específico, mas também a falar como não cientista dentro da ciência. Isto é, comprometendo-se com a intersubjectividade inerradicável. Obrigando-se, também, a falar como cientista diante dos outros saberes. Ao perceber que o seu discurso não deve nem pode ser solipsístico, mas comungável estruturalmente com os outros discursos⁽⁵⁷⁾.

Uma visão desta natureza, na aplicação do conhecimento científico, diz-nos que somente na pós-modernidade pode o problema da circularidade da teoria ser solucionado.

Se a última modernidade procurou, nos mais variados tipos de distinções, as defesas contra o relativismo em que poderia descambar a prioridade dada ao sujeito epistémico na construção do objecto. A pós-modernidade encontra na retórica da verdade, enquanto campo provisório de negociação de sentido e na pragmática americana, enquanto verdade como o que nos guia com êxito na obtenção de um objectivo teórico ou prático, correspondendo, portanto, às expectativas, a solução para a circularidade da teoria⁽⁵⁸⁾.

E aqui não podemos deixar de discordar de Sousa Santos, pois não nos parece que a circularidade da teoria seja um problema fulcral. Era o sim para modernidade. Não compreendendo porque havemos de andar às voltas com a Verdade, agora em termos prospectivos, se isso

⁽⁵⁷⁾ Cf. *Idem ibidem*, pp. 181-185.

⁽⁵⁸⁾ Cf. R. Rorty, "Solidariedade ou objectividade?", *Critica*, n.º 3, Lisboa Abril 88, p. 47.

coarcta a amplidão discursiva aportada pela pós-modernidade. Aproximando-nos, neste ponto, de Rorty.

3. Rorty e Sousa Santos. Para uma leitura das suas divergências

Chegados a este ponto, podemos-nos questionar acerca das especificidades a que a ciência alude. T tamanha aproximação aos outros saberes, e uma tão significativa abertura no seu discurso, podem levar a ciência, em última análise, para um lugar vazio. Não negando que levar as coisas até esses extremos, representa uma tarefa epistemológica que nos seduz. Urge, portanto, confrontar Rorty com Sousa Santos acerca da abertura do discurso científico, pois que ambos retiram diferentes conclusões do facto, as quais, podem fornecer pistas importantes para o problema do destino a dar à ciência, enquanto empreendimento epistemológico viável.

Enquanto Rorty leva até às últimas consequências a abertura pós-moderna, negando o carácter epistemológico que não sociológico específico das ciências em relação a outras práticas culturais. Sousa Santos atribui autonomia à ciência.

A posição básica de Rorty é o seu etnocentrismo, segundo o qual, jamais poderemos sair do nosso sistema de crenças, invalidando qualquer privilégio que a ciência tivesse no contacto com a realidade, visto a linguagem não se confrontar com o mundo, ficando restringida ao seu sistema de referências. Não se vislumbrando porque teria assim a ciência, um campo específico e privilegiado. Opinando que «qualquer princípio inferencial que seja central para a explicação científica vai-se revelar central praticamente em todas as áreas da cultura». Não vendo porque razão o método abduutivo, postulando invisíveis para explicar casos observacionais, é mais específico da ciência⁽⁵⁹⁾.

Não percebendo igualmente, porque razão básica, as explicações baseadas na predição e no controlo são melhores que as outras, se não existe um árbitro exterior ao nosso sistema de crenças. Afirmando que se confundiram as virtudes morais dos cientistas em determinadas épocas, com a virtude intelectual que a ciência poderia representar.

(⁵⁹) Cf. R. Rorty, "A ciência natural é uma espécie natural?", in *op. cit.*, pp. 363-380.

Concluindo que, quanto muito, podemos chamar ciência a algo baseado na persuasão e não na força, tendo alguma ligação com a nossa capacidade de predição e controlo, mas que nenhum destes critérios de demarcação coloca problemas filosóficos específicos⁽⁶⁰⁾.

Sousa Santos, acredita num transecentrismo que limite o etnocentrismo pelo auto-reconhecimento das suas próprias fronteiras. Por isso, e não só, ele acredita que os critérios de demarcação atrás referidos, delimitam realmente alguma coisa, na esteira de Davidson⁽⁶¹⁾, pela busca de alguma verdade pública consensual, ainda que precária. Dai ter tomado à letra a pragmática, para dizer que prospectivamente se pode afirmar sempre algo que o futuro se encarregará ou não de fazer corresponder as nossas expectativas, uma vez que Sousa Santos quer auxiliar na fundação de um paradigma.

Rorty não quer fundar nenhum paradigma, do qual, provavelmente duvidará quanto à sua pertinência. Dando um outro sentido à pragmática, dispondo de outra maneira os argumentos. Frisando que uma coisa é mais verdadeira quanto mais indicada para servir um propósito e nada mais. Não partindo daí para explorar algum universo de sentido verificacional que ainda reste.

Assim, Sousa Santos permite-se distinguir ciência dos outros saberes, distinguindo entre comunidade científica e conhecimento científico. Referindo que a primeira é um contexto conjuntural aferido pela eficácia da conversão reguladora, que transforma objectivos sociais em objectivos teóricos, dando especificidade a este saber. Afirmando, igualmente, que a comunidade científica é um corpo social organizado desde a primeira ruptura epistemológica moderna entre ciência e senso comum, atribuindo a primeira um lugar ao sol, de qualquer das formas, um lugar próprio. Uma comunidade científica que produz um discurso essencialmente para fora, discurso esse que tem de ser descontextualizado e recontextualizado algures. Encontrando aqui uma característica específica, fundamentadora, aliás, do monopólio cognitivo

(60) Cf. Idem, *ibidem*, pp. 381-400.

(61) Cf. D. Davidson, "Uma teoria coerencial da verdade e do conhecimento in *Epistemologia: posições e críticas*, Lisboa, 1991, pp. 336-337.

(62) Cf. B.S. Santos, *op. cit.*, pp. 118, 170, 178-179.

da ciência no paradigma moderno, quando àquela se lhe dá livre-trânsito⁽⁶²⁾.

Rorty não procede a esta distinção. E talvez com ele se pudesse dizer que a ciência é socialmente um modo de estar, mas epistemologicamente um lugar vazio. Rorty, com o seu etnocentrismo, dilui as diferenças entre os saberes, tudo reduzindo ao nosso sistema de crenças. Não que negue o mundo, porque isso seria afirmar alguma essencialidade que o próprio discurso pragmático não possibilita, já que a linguagem não se pode confrontar directamente com o mundo. Prescindindo, isso sim, de uma teorização de verdade e transformando a racionalidade numa questão de fronteiras, em que sempre há lugar para uma crença aperfeiçoada. Sem se abster de acrescentar que o critério validativo do aperfeiçoamento dessa crença não é um receituário único, antes a própria «autopoiesis», a liberdade de redescrição constante que cada um pode fazer de si mesmo. Tudo isto, assente numa matriz de solidariedade, substitutiva da objectividade expropriadora de competências cognitivas e onde se podem expressar acordos ou dinamizar alteridades⁽⁶³⁾. Todo este programa, ao advogar uma retórica poética, no lugar de uma retórica científica, mais de acordo com o registo hermenêutico, parece-nos de grande acuidade e pessoalmente subscreve-mo-lo.

No fim destas deambulações, se perguntarmos pela localização epistemológica da estratégia, veremos, sem precisar de subir aos extremos, quão longe estamos das conceptualizações ligadas à modernidade.

CONCLUSÃO

O nosso objectivo inicial era o de saber se a estratégia poderia ser uma disciplina predominantemente científica, ou se nela residiria sempre uma apreciável faceta de arte.

⁽⁶²⁾ Cf. R. Rorty, "Pragmatismo" in *Dicionário do pensamento contemporâneo*, Lisboa, 1991, pp. 275-277.

Ao longo do trabalho problematizaram-se definições, levantaram-se questões, tomaram-se posições, apresentaram-se sugestões de investigação. Tudo isto, mostrou claramente que a dicotomia entre estratégia-arte e estratégia-ciência obedece primacialmente à forma estruturadora dos saberes internamente ao paradigma moderno.

A razão cognitivo-instrumental, a progressiva colonização cientificizadora dos outros saberes e a aspiração à racionalização total do real, tecnologicamente exercida, porque na prática ciência e tecnologia indiferenciam-se numa práxis instrumental, exibiram um programa exautorador das competências cognitivas inerentes aos outros saberes que não queriam ou não podiam alçar-se à rígida epistemologia da ciência moderna.

Esta normatividade científica, herdada acriticamente, mesmo nas correntes modernas mais flexíveis, e em última análise, do positivismo, revelou-se directamente responsável pelo posicionamento epistemológico da estratégia. Esta, eivada de indeterminações que o seu próprio meio objectual cria, jamais pode aspirar à plenitude do estatuto de ciência. A objectividade, a neutralidade, a assepsia, a que aspira a ciência moderna convive mal, mesmo no quadro das ciências humanas, com a contingência histórica e a dinâmica da estratégia. Concluindo-se, apesar dos esforços de tratamento matemático das informações e da procura de modelos otimizados de decisão, pela sua postura de arte, marcada por um subjectivismo e por um «savoir-faire» melhor adaptados às especificidades do seu objecto.

Todavia, cedo se percebeu a grande ilusão e porque era também intencional, a grande burla que a normatividade positivista representava. As suas distinções principais, nomeadamente a distinção sujeito/objecto e a grande divisória ciência/senso comum, mostraram ser um expediente periclitante perante a avalanche intersubjectivista que transformava em nada a estrita objectividade e a neutralidade apregoada.

A última modernidade resolve reconhecer definitivamente a influência da intersubjectividade, a importância do sujeito epistémico na construção do objecto teórico da ciência. Mas esta convivência não quer dizer plena aceitação, procurando-se sempre uma constante descentração do sujeito epistémico em relação ao sujeito psico-social e

histórico. Tanto mais que a circularidade da teoria parecia querer levá-la ao abismo do relativismo.

Contudo, as contradições são cada vez mais óbvias. Como se arrojar à auto-reflexividade, sem incidência crítica nos instrumentos reflexivos. Porque motivos não se leva a reflexividade até às suas últimas consequências. A interrupção não será arbitrária e logo não objectivável?

O pesar é grande, a crise também. E cada vez mais dispostam dimensões sempre recusadas pela ciência na estrita observância moderna. A dimensão ética, a dimensão estética, a profunda revalorização do caos, abatem a altaneira sem-razão da ciência moderna. Não se vislumbrando de forma credível, o porquê de tantas dicotomias. A revalorização do caos traz mesmo uma mais-valia estética à arte e rompe os horizontes da cientificidade num grau que faz pensar já não ser possível a reforma paradigmática interna.

A estratégia, essa, ganhos que estão novos critérios, mais amplos, de cientificidade, encontra o «status» epistemológico a que aspirava. Ela pode agora ser exclusivamente ciência, atendendo às distinções ideológicas que a modernidade ainda mantém. Mas se a nova carga de cientificidade, ninguém mais a tirará, ela percebe que se trata de um estatuto precário, levitando sobre o nada, até a modernidade desencantar mais um truque objectivista. Aí, os seus pretorianos encarregar-se-ão de calar as vozes revolucionárias.

Os seus novos trajes de ciência, só poderão ficar garantidos num outro paradigma, onde ninguém é indigente, podendo todos aspirar a tudo ser, sem que existam regras a definir lugares pré-estabelecidos.

No paradigma pós-moderno, a estratégia encontra definitivamente consagrado o seu estatuto eminentemente científico. Um estranho estatuto, que a aproxima também da arte. Todavia, a pós-modernidade quer assim mesmo. Porque ela compreende historicamente, mas não aceita filistinismos estéreis. Tendo por melhor, respeitar na íntegra a intersubjectividade e promover a aproximação da ciência com os irmãos por ela marginalizados. Isto é, os outros saberes e a esfera do senso comum. Fazendo-o por duas vias: a estética e a operativa.

Abandonado o seu perfil trauliteiro, à ciência não restam só caminhos do infortúnio. Felizmente para ela, mesmo o seu sudário

epistemológico mereceria sempre um jazigo. E aí, um epitáfio que dissesse qualquer coisa absurda mas gratificante, do gênero; jaz aqui alguém que estiolou na honra e na coragem de ter querido subir ao patíbulo rortyano. Depois, ao fundo, uma galeria de colunáveis que iria de Descartes a Comte, passando por Kant e Marx, incluindo também o seu carrasco e muitos mais...

Diante deste panorama, se alguém ainda quiser dizer, por simples comodidade heurística e taxonômica na arrumação dos conceitos, que a estrutura da estratégia jamais se pode eximir da sua classificação como arte, então que o faça pela via do estreitamento entre as ciências e os demais saberes – praticamente total para Rorty – e nunca por um estranhamento hermenêutico. Isto é, afirmando que esta ou aquela propriedade estrutural da estratégia não dispõe de uma margem segura de cientificidade.

Antônio Horta Fernandes

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis – *La revolución teórica de Marx*, Siglo XXI, 1968.

BLANCHE, Robert – *A axiomática*, 2.ª edição, Lisboa, Presença, 1987.

CARRILHO, Manuel Maria, dir. – *Dicionário do pensamento contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote, 1991.

CARRILHO, Manuel Maria, ed. – *Epistemologia: posições e críticas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

CHARNAY, J. Paul – *Critique de la stratégie*, Paris, L'Herne, 1990.

CLAUSEWITZ, Carl von – *Da guerra*. (Texto não completo), (s.I), Europa-América, (s.d.).

COUTO, Abel Cabral – *Elementos da estratégia*, vol. I, [Lisboa], IAEM, (s.d.).

DELATTRE, Pierre – *Teoria dos sistemas e epistemologia*, Lisboa, A regra do jogo, 1981.

FEYERABEND, Paul – *Contre la méthode*. Esquisse d'une théorie anarchiste d'la connaissance, Paris, le Seuil, 1979.

IMBERT, Claude [et allia] – *A filosofia analítica*, Lisboa, Gradiva (s.d.).

KUHN, Thomas – *La structure des révolutions scientifiques*, Paris, Flammarion, 1983.

LAKATOS, Imre – «O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica» in *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento científico*, São Paulo, Cultrix, 1979.

LAURENT, Jacques – «Evolution de la pensée militaire soviétique a la recherche d'une stratégie «adequate» in *Stratégique*, n.º 49, Paris, 1991, pp. 145-160.

MUGUERZA, J., ed. – *La concepción analítica de la filosofía*, 2 vols., Madrid, Alianza, 1974.

ORTEGA y Gasset, José – *Unas lecciones de metafísica*, Madrid, Alianza, 1966.

PERELMAN, Chaim – *The New Retic. A treatise on Argumentation*, University of Notre Dame Press, 1971.

PIAGET, Jean – *Sagesse et illusions de la philosophie*, Paris, PUG, 1965.

PIAGET, Jean. dir. – *Lógica e conhecimento científico*, 2 vols., Porto, Livraria Civilização, (s.d.).

POIRIER, Lucien – *Essais de stratégie théorique I*, seconde édition, Paris, FEDN, 1983. *Stratégie théorique II*, Paris, Economica, 1987.

POLANYI, Michael – *Personal Knowledge*, Chicago, University of Chicago Press, 1962.

PRIGOGINE, Ilya, STENGERS, Isabelle – *A nova aliança: metamorfose da ciência*, Lisboa, Gradiva, 1987.

RORTY, Richard – *A filosofia e o espelho da natureza*, Lisboa, Dom Quixote, 1988. «Solidariedade ou objectividade», *Crítica*, n.º 3, Lisboa, Abril 88, pp. 45-62.

SANTOS, Boaventura de Sousa – *Introdução a uma ciência pós-moderna*, 2.ª edição, Porto, Afrontamento, 1990.

SAINT-SERNIN, Bertrand – *Le Problème de la Décision: Le décideur [e] L'indécideul*, in *Encyclopaedia Universalis-Symposium. Supplément II. Les Enjeux*, Paris, Encyclopaedia Universalis SA, 1985, pp. 804-808, 809-813.